

# economia



# **CHINA: AS REFORMAS ECONÓMICAS DA ERA PÓS-MAO<sup>1</sup>**

*A. M. de Almeida Serra* \*  
(CEsA/ISEG-«Económicas»)<sup>2</sup>

Com a morte de Mao Tse Tung em Setembro de 1976 e a posterior prisão dos seus principais apoiantes, deu-se um volte-face no destino dos dirigentes chineses que, de uma forma ou de outra, tinham sido atingidos pela turbulência da Revolução Cultural.

Um dos mais proeminentes, Deng Xiaoping voltou a assumir as funções de Vice-Primeiro Ministro em 1977. Porém, o seu poder era agora muito mais alargado já que àquelas funções juntou as de Vice-Presidente do Partido Comunista Chinês (PCC) e de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Este facto vai ser determinante para a sua manutenção no poder e conseqüente capacidade de implementação das reformas económicas que transformaram a face da China desde 1978.

De facto, em Dezembro desse ano, na reunião do 3.º Plenário do 11.º Congresso do Partido Comunista Chinês, aprovaram-se os primeiros passos do programa de reformas que a partir de então transforma-

---

\* Doutorado em Economia pelo ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão). Docente do mesmo Instituto.

<sup>1</sup> Com o mesmo título, mas com um conteúdo que sofreu algumas alterações—redução de dimensão global, modificação de algumas partes, acrescento de outras e actualização de dados estatísticos—, publicou-se no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG/UTL (Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade Técnica de Lisboa) um texto de apoio à disciplina optativa «Economias Emergentes da Ásia Oriental» leccionada pelo autor.

<sup>2</sup> Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do ISEG/UTL.

Esta investigação foi financiada pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) através do seu programa de estímulo à investigação em Ciências Sociais e Humanas em Portugal.

ram a China numa das economias da Asia Oriental com mais elevado ritmo de crescimento e de transformação estrutural.

A orientação geral adoptada foi a da «construção e modernização socialista» através, nomeadamente, da adopção do «programa das quatro modernizações» (agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e técnica) que, proposto ainda antes da Revolução Cultural por vários dos actuais dirigentes reformistas, viu a sua implementação impedida por esta Revolução.

A ênfase inicial foi colocada na agricultura e, conseqüentemente, nas zonas rurais. Foi assim que foram dissolvidas as comunas agrícolas e se iniciou um amplo processo de entrega de terras aos camponeses com conseqüente processo de liberalização da economia rural. Reflectindo esta nova política, em Março de 1979 é decidido um aumento de 20 por cento dos preços dos produtos agrícolas. Por outro lado, a produção em comunas foi progressivamente substituída pelo estabelecimento de contratos com os produtores rurais em que estes ficaram obrigados a vender ao Estado determinada quantidade da sua produção — agora paga a preços mais elevados do que anteriormente, embora ainda fixados administrativamente —, ficando com liberdade de venda do excedente.

[QUADRO N.º 1]

**China: proporção da produção agrícola vendida a preços fixos, controlados ou de mercado, 1978-94 (em %)**

Ano	Preços fixos	Preços controlados	Preços de mercado
1978	92,6	1,8	5,6
1985	37,0	23,0	40,0
1990	25,0	23,4	51,6
1994	16,6	4,1	79,9

IMF *People's Republic of China — Recent economic developments*,  
IMF Staff Country Report n.º 96/49, May 1996, pg. 61.

Estas transformações tiveram reflexos imediatos na economia rural, tendo a produção agrícola conhecido uma taxa de crescimento de cerca de 7,6 por cento em meados da década de 80, bastante acima da média de 2,7 por cento do período 1953-78<sup>3</sup>.

O processo de reforma da economia chinesa cedo se alargou a outros domínios. Um deles foi a transferência para as empresas públicas de parte das responsabilidades sobre elas até então detidas pelos órgãos governamentais de gestão, iniciando-se assim um processo de

<sup>3</sup> Vd TAKAHASHI, Susumu e WU, Junhua «Chinese economic reform: a novel approach based on separation of economic reform and politics» in *Japan Research Quarterly*, vol. 1, n.º 1, Summer 1992, pg 54-55.

descentralização de tomada de decisões e de maior responsabilização das empresas pelos resultados económicos e financeiros obtidos. A contrapartida foi a retenção por estas de uma parte dos lucros alcançados (Fevereiro de 1980). Punha-se assim (progressivamente) fim ao sistema de direcção central da economia que caracterizara o sistema políti-co-económico até então vigente.

Outro domínio, talvez o principal, de todo o processo de reformas foi a alteração das orientações que até aí tinham comandado as relações económicas externas. Privilegiava-se agora a abertura da economia chinesa ao exterior através, nomeadamente, da liberalização do acesso de empresas estrangeiras ao mercado nacional como forma de, simultaneamente, modernizar o aparelho produtivo. É neste quadro que se liberaliza também o investimento directo estrangeiro e se reforma o regime de comércio internacional, se regulamenta a associação entre empresas chinesas e empresas estrangeiras (*joint ventures*), se criam as Zonas Económicas Especiais (ZEE) (Maio de 1980) e se procede à abertura de determinadas cidades costeiras ao investimento directo estrangeiro (Março de 1984). Terminava assim o desenvolvimento «para dentro» que caracterizara o período desde 1949 até 1978, substituindo-o por uma estratégia de desenvolvimento mais aberta ao mercado internacional.

Esta abertura progressiva foi, no entanto, feita de uma forma cautelosa: a velha ideologia colectivista e o receio de se desencadear um processo de difícil controlo levaram a que estas inovações tivessem uma característica algo experimental. Não é de estranhar, portanto, que para iniciar este processo as autoridades centrais tivessem escolhido a região sul do país, deixando o «coração» da China, o Norte e o Centro, isolados das eventuais influências perniciosas que se viessem a verificar<sup>4</sup>.

É assim que, por exemplo, se começam a intensificar as relações de empresas chinesas (estatais ou de propriedade colectiva, principalmente dos municípios) com congéneres e capitalistas estrangeiros, nomeadamente com os «chineses do ultramar»<sup>5</sup>, de Hong Kong,—mas também de Macau, de Taiwan e do Sudeste Asiático.

Em Outubro de 1984, iniciando o que se poderá considerar como

---

<sup>4</sup> Note-se que a esta opção não são estranhas nem uma certa tradição do poder chinês de deixar a esta região os contactos com o exterior preservando o «coração» da China deste «contágio» — aí estão os casos de Hong Kong e de Macau para o comprovar — nem o facto de a grande maioria dos capitais estrangeiros que se queriam captar em primeira instância — os dos *overseas Chinese* — terem especiais ligações familiares com esta região já que foi também ela que, em mais uma demonstração da «marginalidade» do Sul do país, forneceu a grande maioria da diáspora chinesa no mundo que agora se queria mobilizar para ajudar ao desenvolvimento económico do país.

<sup>5</sup> Tradução literal da expressão inglesa («overseas Chinese») consagrada na literatura para designar os chineses residentes no estrangeiro.

a 2.<sup>a</sup> fase do processo de reformas<sup>6</sup>, foi decidido no Terceiro Plenário do 12.º Congresso do PCC aprofundá-las aumentando o grau de autonomia das empresas públicas e liberalizando ainda mais o comércio externo e o investimento estrangeiro. Passava-se assim de uma estratégia limitada de abertura da economia com algum paralelismo com a estratégia de substituição de importações — produção principalmente orientada para satisfazer a procura interna — a uma estratégia de maior integração na economia internacional, com uma orientação mais nítida para a produção de bens exportáveis.

A partir de então, de forma mais marcada do que no passado, as regiões costeiras foram abertas ao exterior através, nomeadamente, da abertura dos deltas dos rios Yangtze (em Xangai) e das Pérolas (região de Cantão, Macau e Hong Kong) (Fevereiro de 1985).

No quadro da crescente liberalização das relações económicas externas é introduzida em 1986 o mercado oficial de moeda estrangeira e são anunciados (Outubro desse ano) novos incentivos à constituição *de joint ventures* com capitalistas estrangeiros.

Aspecto importante da reforma do sector público produtivo (mas também das finanças públicas) foi a implementação de uma política de progressiva desorçamentação dos subsídios do Estado às empresas através da sua substituição por empréstimos junto do sistema bancário (Dezembro de 1984). Simultaneamente verifica-se uma maior liberalização das empresas públicas ao reduzir progressivamente a dependência face aos organismos estatais de controlo a que estavam sujeitas.

Este processo é acompanhado pela continuação da política de crescente liberalização dos preços, terminando-se com a fixação administrativa de muitos deles.

Esta transformação relativamente acelerada das estruturas económicas (que veio a desencadear pressões inflacionistas) não foi, no entanto, acompanhado por ritmo igual de transformação das estruturas políticas.

O diferente compasso entre os dois tipos de reformas (políticas e económicas, com estas a preceder aquelas) é um dos principais elementos de diferenciação do processo chinês de transição em relação ao que se passa na Europa de Leste. De facto, nesta as reformas políticas antecederam as económicas, com as consequências que hoje são reconhecidas de um grande nível de desorganização do processo económico e social como o que se verifica na Rússia — o que tem constituído uma lição para os governantes chineses.

A nível interno, aquele desfasamento é motivo de descontentamento

---

<sup>6</sup> TAKAHASHI, S. e WU, J. dividem o período posterior a 1978 em quatro fases principais: a primeira, de 1978 a 1984; a segunda, de Outubro de 1984 a Setembro de 1988; a terceira, de Outubro de 1988 a Dezembro de 1991; e a quarta, a actual, começando em Janeiro de 1992. Neste texto aceita-se no essencial esta periodização.

de alguns sectores da população (nomeadamente a juventude universitária, mas não só) que termina no incidente na Praça de Tienamen em Junho de 1989. Este, no entanto, não veio pôr em causa o processo de abertura da economia chinesa ao mercado internacional. Apenas o atrasou ligeiramente.

Aquele incidente, surgido na sequência do desfasamento referido, não deve ser desligado de alguma reversão do processo de liberalização económica que se vinha a sentir desde Outubro de 1988 quando, na tentativa de retomar o controlo sobre algumas das principais variáveis macroeconómicas — a inflação estava a atingir níveis até então desconhecidos, as empresas públicas, na sua ânsia de modernização e aproveitando-se da margem de manobra conquistada, endividavam-se em demasia, as contas externas estavam a agravar-se significativamente—, foram reintroduzidos alguns princípios característicos do sistema de direcção central da economia.

Retomado o controlo sobre esta e passado o período mais crítico de um certo isolamento da China na sequência dos incidentes da Praça Tiananmen, as autoridades chinesas voltaram a acelerar o passo das reformas em 1992. O «homem do leme» foi, mais uma vez, Deng Xiaoping, e a ocasião escolhida para retomar o ritmo mais acelerado das reformas foi uma visita por ele efectuada ao sul da China, a região de implantação das cinco Zonas Económicas Especiais entretanto criadas e que, por isso mesmo, era a região que conhecia maior integração no mercado internacional e maior dinâmica de crescimento económico.

Foi a introdução das reformas aqui sumariadas que permitiu à China ser hoje considerada, em termos de dimensão global do seu produto (medido segundo o critério da paridade dos poderes de compra), a terceira economia mundial, a escassa distância da segunda, o Japão<sup>7</sup>, an-tevendo-se que ela venha a atingir o primeiro lugar antes dos anos vinte do próximo século. Por isso é que ninguém deve eliminar do seu horizonte a possibilidade de estabelecer contactos económicos com a China.

Note-se, porém, que exactamente aquela dimensão e as enormes necessidades (incluindo no domínio da modernização tecnológica e do capital humano) que se apresentam ao país aconselham a que as ligações com ele não sejam apenas de natureza comercial mas que se abalancem também no domínio da produção industrial (quer para abastecer o mercado interno — principalmente — quer para exportação), da prestação de serviços, da transferência de tecnologias intermédias e da formação profissional.

---

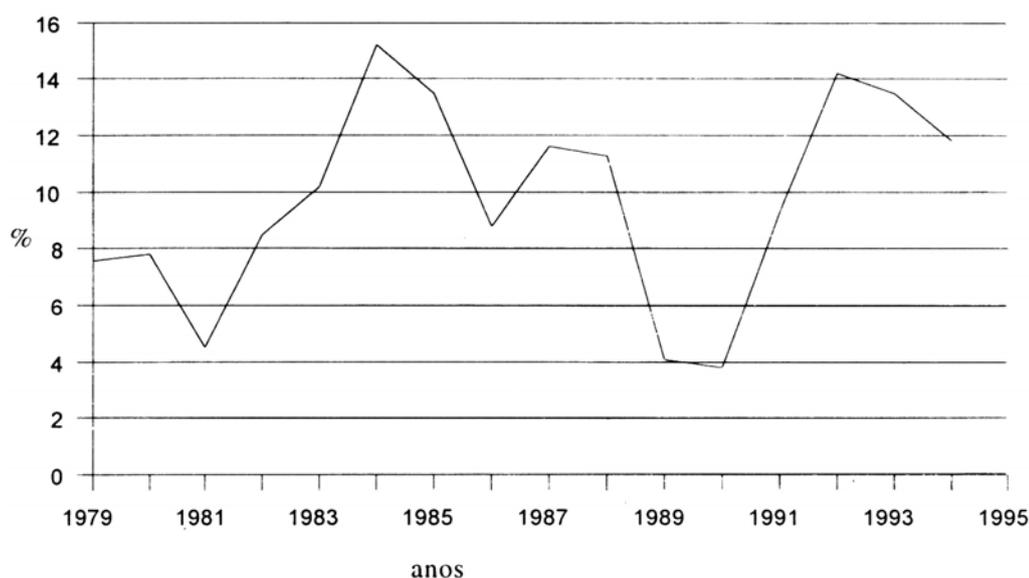
<sup>7</sup> Vd «The global economy: war of the worlds», um dos conhecidos *surveys* do *The Economist*, publicado na edição de 1 de Outubro de 1994, pg 4. A principal economia era, em 1992, a dos Estados Unidos; o Japão e a China tinham dimensões do PIB global que, tomando como base o valor do dos EUA = 100, se situavam sensivelmente no índice 40.

## A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA CHINESA DESDE 1978

### a) A produção

O Produto Interno Bruto (PIB) da China tem conhecido um crescimento que foi estimado em cerca de 9 por cento ao ano entre 1978 e 1993. Esta taxa esconde, porém, oscilações que têm sido, por vezes, relativamente apreciáveis.

**China: taxa de crescimento PIB  
a preços constantes de 1990**



Esta instabilidade cíclica, já considerada uma característica estrutural da economia chinesa, tem-se verificado também recentemente. Nos anos decorridos da presente década, as taxas de crescimento foram as seguintes:

[QUADRO N.º 2]

**Taxa de crescimento do PIB, anos 90**

1990	1991	1992	1993	1994	1995
3,8	9,3	14,2	13,5	11,8	10,2

Fonte: IMF *People's Republic of China — Recent economic developments*, op. cit.

No entanto, apesar destas oscilações, o PIB quase quintuplicou entre 1978 e 1995 (o índice deste ano, a preços constantes, com 1978 = 100 foi de 492). Este é um resultado muito significativo, que coloca o país numa senda de crescimento económico que se crê autosustentado.

É necessário, porém, olhar as estatísticas e as estimativas de cres-

cimento relativas à China com algum cuidado pois o facto de se terem verificado alterações conceptuais quanto aos agregados da contabilidade nacional — da contabilidade pelo produto material característica das economias planificadas passou-se ao sistema mais comum nos países capitalistas —, a relativa incipiência do aparelho estatístico nacional e a diferença de pressupostos que se estabelecem para elaborar os cálculos, leva a que as estimativas do produto, das suas variações e da sua importância no total mundial sejam várias e, por vezes, bastante diferenciadas como se pode verificar pelo quadro abaixo:

[QUADRO N.º 3]

#### Estimativas alternativas do PIB China

Fonte estimativa	Ano	Dólares <i>per capita</i>	PIB TOTAL (mil biliões de US \$)	% do PIB mundial
<i>World Development Report 1994</i> (a)	1992	470	0,55	2,4
Lardy (1993) (b)	1990	1 000-1 200	1,14-1,37	5,1-6,1
<i>New York Times</i> (Maio/1993) (b, c)	1992	1 600	1,66	6
Banco Mundial (1992) (b)	1990	1 950	2,2	9,9
Banco Mundial (1993) (b, d)	1991	2 040	2,35	10,9
Summers & Heston (1991) (b)	1988	2 308	2,56	15
<i>Asian Wall Street Journal</i> (31/5/93) (b, e)	1990	2 598	2,9	13

Fonte: *The Economist*, 7/Nov/1994, supl., pg. IV

a: baseada na taxa de câmbio oficial.

b: baseada no poder de compra da moeda chinesa.

c: derivada de dados do FMI

d: actualização da estimativa da linha anterior

e: extrapolação/actualização da estimativa da linha anterior.

Em relação a estas estimativas, notem-se não só as grandes diferenças entre as efectuadas à taxa de câmbio oficial e as calculadas segundo a paridade dos poderes de compra da moeda chinesa mas também as que se verificam entre duas estimativas feitas com esta última metodologia (a do Banco Mundial (1992) e a de Lardy (1993)) em relação ao mesmo ano de 1990, com a primeira atingindo valores quase duplos dos obtidos por este autor<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Não sendo objectivo deste trabalho discutir estes resultados e determinar as diferenças de metodologia que poderão ajudar a explicá-los, limitamo-nos aqui a chamar a atenção para as diferenças existentes como forma de sublinhar os cuidados a ter na análise das estatísticas chinesas relativas à produção e, mesmo, ao comércio internacional. Neste caso, como veremos, há variações entre os valores apresentados pela China e os declarados pelos demais países quanto ao seu comércio com ela devido, nomeadamente, ao papel de Hong Kong nesse mesmo comércio.

Quanto a evolução da produção ao longo do tempo, a principal queda de ritmo — que não de valor absoluto — do crescimento deu-se após a introdução de correcções na evolução da economia em 1988 motivadas pela evolução desfavorável das contas externas do país e da taxa de inflação. Tratou-se, pois, de um «arrefecimento» controlado após um período de verdadeira euforia de crescimento que levou a economia a crescer a taxas de cerca de 13-15 por cento (!) em vários anos. O objectivo foi o de corrigir desequilíbrios externos e internos provocados por aquele rápido crescimento e que, se deixados entregues a si próprios, poderiam vir a pôr em causa toda a evolução futura.

Como a História por vezes se repete, verifica-se actualmente uma nova fase de «arrefecimento» forçado da economia com os mesmos objectivos. Retomaremos este caso adiante quando analisarmos a evolução conjuntural dos últimos anos.

[QUADRO N.º 4]

**Contas nacionais da China, 1979-1994**  
(Em biliões de yuans e a preços constantes de 1990)

	1979	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994
PIB a preços de mercado	720.5	776.7	1 269.0	1 853.1	2 025.4	2 313.0	2 625.3	2 935.1
Por memória: PIB a preços correntes	403.8	451.8	896.4	1 853.1	2 161.8	2 663.5	3 451.6	4 500.6
agricultura	279.7	275.5	409.1	467.6	513.7	537.9	563.2	585.7
indústria	274.0	311.3	502.2	771.7	874.4	1 064.1	1 284.4	1 507.9
serviços	166.9	190.0	357.7	579.6	637.3	711.0	777.7	841.5
Importações de bsnf*	71.7	129.7	296.5	262.8	304.6	390.7	510.0	555.2
Exportações de bsnf*	56.1	99.6	177.2	311.7	359.6	415.0	453.6	583.2
Saldo Ex-Im	-15.6	-30.2	-119.4	48.9	55.0	24.2	-56.5	28.3
Parte das exportações no PIB (%)	7.8	12.8	14.0	16.8	17.8	17.9	17.3	19.9
Investimento interno bruto (I)	263.1	273.4	479.3	644.4	704.3	790.4	986.6	1 112.4
Poupança interna bruta (S)	255.0	263.5	380.1	693.3	755.9	818.1	937.5	1 161.8
Saldo S-I	-8.1	-9.9	-99.2	48.9	51.6	27.7	-49.1	49.4

Fonte: WORLD BANK *The chinese economy: fighting inflation, deepening reforms*, World Bank Country Study, Washington-DC, May 1996.

\* bens e serviços que não factores produtivos.

[QUADRO N.º 5]

**Contas nacionais da China**  
**Taxas de crescimento das variáveis a preços constantes de 1990**

	1981	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
PIB a preços de mercado	4.5	13.5	8.8	11.6	11.3	4.1	3.8	9.3	14.2	13.5	11.8
agricultura	-1.5	1.8	3.3	4.7	2.5	3.1	7.3	2.4	4.7	4.7	4.0
indústria	1.9	18.6	10.2	13.7	14.5	13.4	8.4	9.1	13.7	17.0	
serviços	5.1	22.2	13.1	15.9	15.3	5.3	1.7	9.9	11.6	9.4	8.2
Importações de bsnf*	11.4	53.7	-13.3	-8.6	19.4	7.5	-12.9	15.9	28.3	30.5	8.9
Exportações de bsnf*	27.4	7.5	16.9	11.2	12.4	7.1	12.4	15.4	15.4	9.3	28.6
Investimento interno bruto	-3.4	24.5	8.6	7.0	13.4	1.9	0.1	9.3	12.2	24.8	12.7
Poupança interna bruta	1.3	-0.6	8.5	11.4	11.3	4.1	3.9	9.5	14.0	13.3	11.6

Fonte: WORLD BANK *The chinese economy: fighting inflation, deepening reforms*, World Bank Country Study, Washington-DC, May 1996.

\* bens e serviços que não factores produtivos.

Como é natural, aquele «arrefecimento» conjuntural afectou principalmente a indústria e os serviços (mais aquela do que estes), já que a agricultura, o sector com taxas normalmente mais baixas, continuou a ver aumentar as suas taxas de crescimento. Isto dá uma ideia de uma outra preocupação quase constante do processo de reforma económica do país: impedir a criação de um fosso importante entre a agricultura e o mundo rural, por um lado, e a indústria e as zonas urbanas, por outro. O objectivo era (pelo menos) duplo: evitar a deserção política do campesinato chinês e a fuga deste para as cidades, criando situações de tensão social que não se tinha a certeza de poder controlar e que se assemelham às existentes em outras partes do mundo em que fenómeno semelhante é uma das características da transformação das estruturas económicas e sociais que acompanham o desenvolvimento.

[QUADRO N.º 6]

#### Taxa de crescimento (em % por ano)

	1984/1978	1988/1984	1992/1988	1992/1978
Agricultura	7,3	3,1	4,3	5,2
Indústria	8,9	14,2	10,4	10,8
Serviços	10,1	13,5	5,8	9,8
PIB total	8,6	10,3	7,5	8,8

Fonte: PERKINS, Dwight «Completing China's move to the market» in *Journal of Economic Perspectives*, vol. 8, n.º 2, Spring 1994, pg. 24.

Consequência da diferente evolução das taxas de crescimento dos vários sectores foi a transformação da estrutura produtiva do país, com os sectores industrial e de serviços a aumentarem significativamente a sua importância relativa:

[QUADRO N.º 7]

#### Estrutura da produção

	1979	1989	1994
Agricultura	38,8	26,2	20,0
Indústria	38,0	41,9	51,4
Serviços	23,2	31,9	28,7
Importações bsnf	10,0	16,9	18,9
Exportações bsnf	7,8	15,5	19,9

Fonte: Quadro n.º 4.

Esta evolução relaciona-se com a que sofreram as variáveis externas, principalmente as exportações. De facto, estas viram a sua parte aumentar dos 7,8 por cento em 1979 para os 19,9 por cento quinze anos depois, dando assim a ideia de que o esforço de transformação estrutural foi, em boa parte e pelo menos a partir de certo momento, *export led*. O que foi dito acima e o facto de as exportações terem alcançado taxas de crescimento muito elevadas (vd quadro 5) confirma-o.

Porém, tal esforço não poderia ter sido possível sem um correspondente aumento quer das importações quer do investimento. De facto, este último situou-se sempre a taxas muito elevadas: em 1979 era de 36,5 por cento e dez anos depois situava-se nos 36 por cento. No final do período rondava os 37-38 por cento, o que é uma taxa muito elevada comparativamente com a maioria dos países em desenvolvimento. O esforço de investimento correspondeu, por sua vez, a uma taxa de poupança que lhe equivaleu, sendo no final do período ligeiramente superior àquele (39,6 por cento)<sup>9</sup>.

Outra vertente fundamental do processo de transformação da China da era pós-Mao é a profunda alteração da estrutura de produção segundo o tipo de propriedade.

Quanto ao sector agrícola, lembre-se aqui o que foi já salientado: ele sofreu um processo profundo de alteração da organização da produção, com desaparecimento das comunas populares e das equipas de produção e simultânea liberalização dos preços agrícolas.

O sector industrial, por sua vez, viu reduzir-se progressivamente o

[QUADRO N.º 8]

**Alteração da estrutura de propriedade da produção industrial na China, 1980-1992**

A. Output real (Índice 1980 = 100)			
Tipo de propriedade	1980	1985	1992
Estatal	100	148	257
Colectiva	100	247	914
Privada (a)	100	21 752	241 455
Outra (b)	100	492	8 736
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>176</b>	<b>480</b>
B. Partes dos vários tipos de firmas no produto nominal			
	1980	1985	1992
Estatal	76,0	64,9	48,4
Colectiva			
– Urbana	13,7	13,3	11,8
– Aldeias	9,9	18,8	26,2
Privada (a)	0,0	1,9	6,8
Outra (b)	0,5	1,2	7,2
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
PIB (biliões de yuans)	514,4	971,6	3 706,6

Fonte: JEFFERSON, Gary e RAWSKI, T. «Enterprise reform in Chinese industry» in *Journal of Economic Perspectives*, vol. 8, n.º 2, pg. 48.

Notas: (a) empresas privadas com menos de 8 trabalhadores;

(b) inclui empresas privadas com 8 e mais trabalhadores, *joint-ventures*, empresas estrangeiras e outras formas de propriedade.

<sup>9</sup> Vd adiante uma análise mais aprofundada das relações económicas externas do país.

peso das indústrias estatais (vd Quadro 8). Facto a registar é, paralelamente ao desenvolvimento do sector privado de propriedade — de mero vestígio em 1980 passou a controlar cerca de 14 por cento da produção em 1992 —, o grande desenvolvimento da propriedade colectiva (não confundir com estatal) sob o controlo das autoridades locais. Este sector inclui empresas cujo controlo passou do governo central para as autoridades locais e outras que, numa manifestação do dinamismo dessas mesmas autoridades e de um espírito de «self reliance» que foi incentivado durante a época de Mao, foram criadas por essas mesmas autoridades.

A evolução global da economia chinesa aqui sintetizada esconde, para além do diferente comportamento dos vários sectores produtivos e de propriedade já acima salientado, uma grande variedade quanto à evolução da produção por províncias ou municípios autónomos.

De facto, das dez primeiras destas regiões ordenadas segundo o rendimento *per capita* (vd Quadro 9), oito situam-se na zona costeira envolvente ou a norte de Xangai, o que diz bem da grande concentração do desenvolvimento da China nesta zona do país. As duas excepções são Guandong— cuja capital é Cantão e onde sobressaem as ligações com o exterior quer directamente quer via Hong Kong (principal-

[QUADRON.º 9]

#### Repartição da população e do PNB por província ou município

Província/ Município*	População (milhões)	PNB (em biliões de yuan)	PNB <i>per capita</i> (yuans)	Província/ Município*	População (milhões)	PNB (em biliões de yuan)	PNB <i>per capita</i> (yuans)
Xangai*	13,4	74,5	5 560	Shanxi	29,0	39,8	1 370
Pequim*	10,9	50,1	4 600	Hebei	61,6	82,0	1 330
Tianjin*	8,8	30,0	3 410	Mongólia			
Liaoning	39,7	96,5	2 430	Interior	21,6	28,7	1 330
Guangdong	63,5	147,2	2 320	Ningxia	4,7	6,1	1 300
Zhejiang	41,8	83,7	2 000	Hunan	61,3	70,3	1 150
Jiangsu	67,7	131,4	1 940	Shaanxi	33,2	37,5	1 130
Hellogjiang	35,4	63,5	1 790	Jiangxi	38,1	41,7	1 090
Jilin	24,8	39,4	1 590	Tibete	2,2	2,4	1 090
Xinjiang	15,3	25,2	1 650	Anhui	56,8	60,7	1 070
Shandong	84,9	133,2	1 570	Sichuan	108,0	114,7	1 060
Fujian	30,4	46,6	1 530	Yunan	37,3	39,6	1 060
Qinghai	4,5	6,6	1 470	Henan	86,5	89,6	1 040
Hubei	54,4	79,2	1 460	Gansu	22,6	23,4	1 040
Hainan	6,6	9,5	1 440	Guangxi	42,6	39,3	920
				Guizhou	32,7	25,5	780
Total					1 143,3	1 768,6	
Média					38,1	59	1 550

Fonte: VERBOIS, Juan-Maurice *La Chine: les clés du marche*, Centre Français du Commerce Extérieur (CFCE), Paris, 1992.

**População e PIB *per capita* de várias regiões da China, 1992**  
(Milhões de habitantes e US \$)

	População	PIB <i>per capita</i> (US \$)
Xangai	13	1 880
Província de Guangdong	65	810
Costa Oriental*	125	780
Interior Oriental**	186	310
Interior Ocidental***	144	290
Total da China	1 165	470

*Fome: The Economist*, 7 de Novembro de 1994, suplemento sobre a China, pg. 4.

\* Município de Xangai e províncias de Jiangsu e de Zhejiang;

\*\* Províncias de Henan, Anhui e Jiangxi;

\*\*\* Províncias de Sichuan e Guizhou.

mente) e Macau — e Xinjiang, onde sobressai a exploração mineira e de petróleo.

Numa comparação entre as duas regiões, repare-se que Xangai e as duas províncias que lhe estão adjacentes (Zhejiang e Jiangsu) somam, só por si, cerca de 123 milhões de habitantes (equivalente a metade da população dos Estados Unidos ou ao conjunto da Alemanha e da França) e tem um PNB de cerca de 290 biliões de yuan, 16 por cento do total da China, enquanto que Guangdong tem uma população de cerca de 64 milhões de habitantes e um produto global de 147,2 biliões de yuans.

Este padrão de desenvolvimento, que tem raízes profundas na geografia e na história do país, parece ter tendência a acentuar-se com o esforço que actualmente está a ser feito para desenvolver a região desde Xangai até à Manchúria, as mais próximas do Japão e da Coreia. Este quadro leva alguns autores a considerarem que, apesar da grande dinâmica de que tem dado provas e do incentivo recebido em 1992 com a campanha aí desenvolvida por Deng Xiaoping, a região de Guangdong — incluindo as futuras RAE de Hong Kong e Macau e as ZEE da região —, tenderá sempre a ser uma segunda (mas importante) prioridade para a estratégia de desenvolvimento económico do país tal como vista a partir de Pequim. Cremos que também aqui a História se repete.

Isto, no entanto, não significa que tal região não tenha uma dinâmica própria que vale a pena explorar sob o ponto de vista empresarial. De facto, é necessário não esquecer que ela tem cerca de 70 milhões de habitantes (Guangdong, Hong Kong e Macau) e uma produção muito significativa, sendo que a próxima integração na China dos dois territórios ainda sob administração estrangeira facilitará o aprofundamento da já existente integração económica de toda a região.

Reforçando o que fica dito, a região de Guangdong é não só das mais importantes da China — apesar do município de Xangai ter um rendimento *per capita* que é mais do dobro do dela, o grupo de províncias de que ele é o centro tem menor PIBpc que a província de

Guangdong — como também é uma das que maior dinâmica tem demonstrado quanto ao consumo de bens.

No entanto, a região de Xangai — a própria municipalidade e as províncias vizinhas de Jiangsu e Zhejiang — continuam a ser as que, em conjunto, têm um maior volume de consumo. Naturalmente, a inclusão de Hong Kong e de Macau na região de Guangdong alteraria significativamente os cálculos para esta última pois, por exemplo, se nela os salários rondarão os cerca de US \$ 50 — US \$ 80 a 100 nas ZEE —, em Hong Kong eles são de cerca de US \$ 1 000 e em Macau de US \$ 375.

*b) O comércio externo: as exportações e importações*

A evolução macroeconómica referida acima não poderia deixar de ter reflexos sobre o comportamento das variáveis externas da economia até porque as relações económicas com o exterior são, como vimos, uma das componentes essenciais da transformação de todo o sistema produtivo chinês. Isto está bem demonstrado também pelos seguintes factos: as exportações, por exemplo, passaram a representar em 1991 e 1992 quase 20 por cento do PIB do país (16,8 por cento em 1993), quando em 1980 elas não iam além dos 6 por cento; por outro lado e correspondendo a esta evolução, as exportações chinesas passaram a representar 2,5 por cento das exportações mundiais em 1993, quando a percentagem correspondente para 1980 era apenas 0,9 por cento<sup>10</sup>.

[QUADRO N.º 11]

**Balança de Pagamentos da China (biliões de US \$)**

	1979	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Exportações bsnf*	15.0	28,2	29,6	39,1	45,9	47,8	57,3	65,8	78,8	86,5	118,8
Importações bsnf*	15,7	41,1	37,5	38,9	50,0	52,7	46,6	54,3	73,8	98,3	111,5
Saldo da Balança Comercial	-6,3	-13,1	-9,1	-1,7	-5,3	-5,6	9,1	8,7	5,2	-10,6	7,3
Rendimento líquido dos factores	-0,04	0,9	0,2	-0,2	-0,1	0,3	1,0	0,9	0,3	-1,3	-1,0
Transferências líquidas correntes	0,7	0,2	0,3	0,2	0,4	0,2	0,2	0,4	0,8	0,9	0,8
Balança de transacções correntes	-0,02	-11,9	-7,5	0,3	-3,8	-4,5	11,9	12,9	6,1	-12,2	7,2
Investimento directo estrangeiro		1,0	1,4	1,7	2,3	2,6	2,7	3,5	7,2	23,1	31,8
Alterações nas reservas líquidas	-0,6	2,4	2,0	-4,8	-2,4	0,5	-12,0	-14,5	2,1	1,2	-30,5
Reservas brutas (incluindo ouro)	8,7	16,9	16,4	22,5	23,8	23,1	34,5	48,3	25,0	27,0	57,8

Fonte: WORLD BANK *The Chinese economy: fighting inflation, deepening reforms*, World Bank Country Study, Washington-DC, May 1996.

\* bens e serviços que não factores produtivos.

<sup>10</sup> Vd *Almanac of China's foreign economic relations and trade 1994/95*, China Resources Advertising Co., Ltd., Hong Kong, 1994, pg. 498.

Reflectindo uma evolução quase sempre favorável das exportações, o saldo da balança de transacções correntes tem sido positivo na maior parte dos anos do período posterior ao início das reformas; em 1990 e 1991 os saldos positivos foram de 11,9 e 12,9 biliões de US \$<sup>11</sup>, respectivamente, mas a situação alterou-se significativamente nos anos seguintes, com um défice de 12,2 biliões em 1993 na sequência da aceleração das importações (cerca de +30 por cento por ano em 1992 e 1993) que se verificou durante o «sobreaquecimento» da economia que então atingiu o seu máximo.

Juntamente com os influxos de investimento directo estrangeiro, esta evolução tem permitido à China aumentar significativamente, ainda que com algumas quebras temporárias, as suas reservas externas em ouro e divisas, não se colocando quanto a ela os problemas de pagamentos internacionais que outros países em desenvolvimento tem de frontado e dando-lhe um respaldo financeiro invejável quanto a meses de importação que elas permitem (cerca de 8 actualmente).

Para este rápido crescimento das exportações tem contribuído uma política cambial de progressiva desvalorização da moeda de modo a assegurar a competitividade internacional da produção do país.

[QUADRO N.º 12]

**Taxa de câmbio do yuan em relação ao dólar US**

1980	1981	1985	1986	1990	1991	1992	1993	1994	1995
1,50	1,70	2,94	3,45	4,78	5,32	5,51	8,70	8,45	8,32

*Fonte:* WORLD BANK *China: reform and the role of the Plan in the 1900s*, World Bank Country Study, Washington-DC, 1992 (taxa de câmbio oficial nominal) e SBC Warburg *The Asian Adviser*, August 1996 para 1993-95 (taxa de câmbio de mercado; igual à oficial depois da unificação dos mercados cambiais em 1 de Janeiro de 1994).

Entretanto, a taxa de abertura da economia<sup>12</sup> passou dos 22 por cento de 1980 para 34 por cento em 1991 e para 47 por cento em 1993 sendo os principais parceiros comerciais do país o Japão, Hong Kong, os Estados Unidos e a União Europeia, embora a sua importância relativa varie consoante se trate das exportações ou das importações chinesas.

Este é o retrato pontual da evolução de uma situação caracterizada por uma crescente importância do papel do Japão como parceiro económico do país mas em que os Estados Unidos continuam a ser peça fundamental<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> A título comparativo refira-se que os saldos dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão foram, em 1990, de -69,9, +62,1 e +40,4 biliões de dólares, respectivamente.

<sup>12</sup> Soma das exportações e das importações relativamente ao total do PIB.

<sup>13</sup> Vd abaixo o que se diz a propósito do comércio intra-indústrias entre a China e os países da OCDE.

## Principais parceiros comerciais da China, 1993 (bilhões de US \$)

	Total das trocas externas	Exportações	Importações
Japão	39,1	15,8	23,3
Hong Kong	32,5	22,0	10,5
Estados Unidos	27,6	17,0	10,7
(União Europeia – 12)	(26,0)	(11,6)	(14,4)
Taiwan	14,4	1,5	12,9
RF Alemanha	10,0	4,0	6,0
Coreia do Sul	8,2	2,9	5,4
Rússia (Federação Russa)	7,7	2,7	5,0
Singapura	4,9	2,2	2,6
Itália	4,0	1,3	2,7
Reino Unido	3,6	1,9	1,7
Austrália	3,0	1,1	1,9
França	2,9	1,2	1,6
Canadá	2,6	1,2	1,4
(Portugal)	(0,112)	(0,074)	(0,038)
TOTAL (bilhões de US \$)	195,7	91,8	103,9

Fonte: *Almanac of China's foreign economic relations and trade 1994/95*, China Resources Advertising Co., Ltd., Hong Kong, 1994.

As importações conheceram uma forte dinamização durante a maior parte do período das reformas pois eram essenciais quer para aceder aos bens de equipamento que o país necessitava para aumentar e melhorar o seu sistema produtivo quer para importar bens de consumo que este não conseguia produzir<sup>14</sup>. Elas foram também necessárias para aceder aos inúmeros *inputs* intermédios necessários ao esforço de exportação.

Foi esta dependência das importações que fez com que elas tives-

<sup>14</sup> Realce-se que nos últimos anos se verificou, por vezes, uma subida significativa da importância das importações de bens alimentares (e conseqüente descida das não-alimentares, nomeadamente, bens de equipamento) em resultado de quebras da produção agrícola devidas a acidentes ecológicos. As questões da produção e da autosuficiência alimentar do país são muito importantes — nomeadamente psicológica e politicamente — num país que durante a sua História conheceu grandes épocas de fome, algumas delas já após a Revolução de 1949. Por isso elas tenderão a ser, com a política agrícola que lhes anda associada, uma pedra de toque fundamental do processo de transição na China, admitindo-se que a necessidade de assegurar uma maior produtividade para a sobre-explorada terra agrícola do país venha a ter conseqüências importantes quanto ao sentido e à intensidade dessa transição.

sem conhecido um crescimento de cerca de 53,7 por cento (!) em 1985, o que constituiu a principal contribuição para que nesse ano o saldo negativo da balança de transacções correntes tivesse sido de cerca de 11,9 biliões de US \$, quando nos cinco anos anteriores ele tinha sido sempre positivo.

Nos dois anos seguintes e em resultado da política de contenção então implementada para evitar a degradação da conjuntura, as importações baixaram significativamente, tendo conhecido taxas negativas de crescimento.

Esta evolução é o resultado de um nítido abrandamento do esforço de investimento. Este, que aumentara quase 25 por cento em 1985, viu as suas taxas de variação anual baixarem para 8,6 e 7 por cento nos dois anos seguintes. Depois de uma pequena recuperação — principalmente para reposição de *stocks* — em 1988, as taxas de crescimento do investimento fixaram-se em 1,9 (apesar de uma variação de *stocks* de mais de 83 por cento!) e 0,1 por cento (!) nos anos de 1989 e 1990, traduzindo bem quer o esforço de «arrefecimento» da economia então implementado quer a reacção aos incidentes da Praça de Tianamen por parte dos investidores estrangeiros. Estes reduziram significativamente os seus investimentos no país até que houvesse (como veio a verificar-se em 1992) uma clarificação da situação e um renovar explícito, por parte das autoridades chinesas, do seu interesse na prossecução da política de abertura económica ao exterior.

Mas não se pode esquecer uma outra dimensão do processo de crescente liberalização das trocas internacionais da China: o de que ele foi mais profundo do lado das exportações do que do das importações. Este não foi um resultado do acaso mas sim da orientação que as autoridades imprimiram ao processo:

«A linha de evolução da reforma da política de comércio externo da China desde os meados dos anos 80 foi a promoção das exportações através da liberalização e descentralização das actividades de exportação enquanto as importações continuavam a ser controladas pelo uso extensivo de medidas não tarifárias»<sup>15</sup>.

Esta política, que ainda hoje se mantém no essencial, fez com que o regime de importação da China não fosse em 1993 muito diferente do que era em 1987 apesar das reduções tarifárias verificadas nos anos mais recentes; é que entretanto se tinham verificado aumentos das tarifas alfandegárias entre 1986 e 1991<sup>16</sup>.

Esta situação faz do país uma das economias da Ásia Oriental com maior taxa de protecção:

---

<sup>15</sup> Vd FUKASAKU, Kiichiro e LECOMTE, H-B S. *Economic transition and trade-policy reform: lessons from China*, OECD Development Centre Technical Paper n.º 112, Paris, July 1996, pg. 21.

<sup>16</sup> Idem.

### Taxas alfandegárias e restrições quantitativas em países da Ásia

	Ano	Todos os produtos		
		Taxa alfandegária média (%)	Leque das taxas (%)	Restrições quantitativas (%)
Indonésia	1991	18,1	0/58	91,4
	1992	17,0	0/40	1,9
Coreia do Sul	1987	22,9	8,1/32,5	8,8
	1992	11,1	3,0/22,3	2,6
Malásia	1987	13,6	0/49,3	3,7
	1992	12,8	0,9/45,0	2,1
China	1986/87	38,1		
	1992	43,0	0/143	70
	1993	36,4		<50
Índia	1987	98,8	0/160,8	73,2
	1992	53,0	0/65	58,8
	1994	55,0		

Fonte: FUKASAKU, K. e LECOMTE, H-B S. *op. cit.*, pg. 22. Transcrição parcial do quadro 4.

#### i) As exportações

A estrutura das exportações (por produtos e por países) da China tem também conhecido uma profunda transformação ao longo do período das reformas, com os produtos de origem primária a cederem rapidamente o lugar aos de origem industrial. Nestes, as manufacturas passaram de 42 por cento em 1975, antes de iniciadas as reformas, para 80 por cento em 1990; simultaneamente, a exportação de produtos alimentares baixou de 33 para apenas 9 por cento.

### Estrutura das exportações da China, 1975-1990

Em milhões de US dólares	1975	1985	1990
Total das exportações	6 303	27 764	80 541
Produtos alimentares	2 088	4 073	6 862
Matérias-primas agrícolas	450	1 810	2 198
Óleos minerais	897	7 158	5 290
Crude	778	5 347	3 654
Petróleo refinado	92	1 556	1 070
Total das manufacturas	2 632	13 657	64 220
Químicas	322	1 460	3 420
Têxteis e vestuário	1 140	7 304	23 204
Máquinas não eléctricas	107	282	1 930
Máquinas eléctricas	78	536	8 666
Equipamento de transporte	74	88	574
Minérios e metais	212	760	1 486
Bens diversos	24	303	485

Fonte: WORLD BANK *China: foreign trade reform*, WB, Washington, 1994, Quadro 1. 1, pg. 5.

**Estrutura das exportações da China, 1975-1990  
em percentagem do total das exportações**

	1975	1985	1990
Total das exportações	100	100	100
Produtos alimentares	33	15	9
Matérias-primas agrícolas	7	7	3
Óleos minerais	14	26	7
Crude	12	19	5
Petróleo refinado	1	6	1
Total das manufacturas	42	49	80
Químicas	5	5	4
Têxteis e vestuário	18	26	29
Máquinas não eléctricas	2	1	2
Máquinas eléctricas	1	2	11
Equipamento de transporte	1		1
Minérios e metais	3	3	2
Bens diversos		1	1

Fonte: WORLD BANK *China: foreign trade reform*, WB, Washington, 1994, Quadro 1.1, pg. 5.

Esta evolução deve ser completada pela análise dos principais produtos exportados. Os maiores aumentos têm-se verificado no sector dos têxteis e vestuário (18 por cento em 1975 e 29 por cento em 1990) e nas máquinas eléctricas (de 1 para 11 por cento). Uma análise mais desagregada das exportações chinesas permite-nos verificar que os principais produtos eram, em 1975, o crude (12,3 por cento), os produtos de algodão (5,2 por cento) e o vestuário (4,3 por cento). Em 1990 a situação tinha-se alterado profundamente, sendo então os três principais produtos exportados o vestuário (15,8 biliões de US \$, correspondendo a 19,6 por cento do total das exportações), os brinquedos e artigos de desporto (6 biliões de US \$; 7,5 por cento) e os equipamentos de telecomunicações (4,7 biliões de US \$; 5,9 por cento). A seguir por ordem de importância vinham o crude (4,5 por cento), o calçado (também 4,5 por cento) e os artigos de viagem (3,7 por cento). Temos, pois, que as exportações são principalmente de produtos mão-de-obra intensivos.

De salientar que os subsectores que conheceram um andamento mais vivo foram os da indústria ligeira (nomeadamente os tecidos) e as máquinas e equipamentos de transporte.

Simultaneamente aumentou o grau de concentração das exportações num número relativamente reduzido de produtos pois os cinco primeiros, que representavam 27 por cento em 1975, passaram a representar 42 por cento em 1990.

Esta concentração verificou-se também quanto aos países para os quais a China exporta e que, em 1990, eram os expostos no Quadro 17.

O referido quadro permite constatar uma grande diferença na estrutura das exportações chinesas por países conforme se corrige ou não essa informação em função do papel especial que Hong Kong desem-

**Mercados para as exportações chinesas  
de produtos manufacturados, 1990 (%)**

Mercado	Ajustado para a re-exportação através de Hong Kong	Sem ajustamento
Japão	11,5	8,2
Estados Unidos	25,6	8,7
União Europeia	19,2	9,2
Hong Kong	6,2	53,9
Por memória (em biliões de US \$)		
Valor das exportações para Hong Kong tal como reportadas pela China	32,9	
Valor das re-exportações de Hong Kong de produtos chineses para o resto do mundo reportados por Hong Kong	29	
Valor total das exportações chinesas	62,1	

Fonte: WORLD BANK *China: foreign trade reform*, WB, Washington, 1994.

penha como «porta de saída» de uma parte significativa das exportações chinesas — o que é influenciado pela necessidade de fugir à legislação internacional sobre contingentes de exportação de produtos chineses, nomeadamente no quadro dos acordos multifibras.

Um outro quadro, este para 1993 e sem aquelas correcções, dá-nos uma perspectiva mais completa sobre a situação actual: os principais parceiros económicos da China foram em 1993 o Japão, Hong Kong e os Estados Unidos. A União Europeia (12) era, no seu conjunto, o quarto parceiro comercial, com destaque para a Alemanha, que representava quase 40 por cento do total deste agrupamento. De notar o aparecimento de Taiwan e da Coreia do Sul em 4.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> posição, respectivamente, quando até há poucos anos as suas relações comerciais com a China eram pouco mais do que simbólicas ou, o que é fenómeno conhecido principalmente para Taiwan, feitas através de Hong Kong<sup>17</sup>. De notar ainda que cerca de 1/3 do total do comércio externo da China é efectuado com os seus vizinhos mais próximos (Japão, Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul), fazendo daquele espaço geográfico a zona globalmente mais importante, e com importância crescente, para a China<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> A clarificação do sistema de trocas entre estes três países bem como as relações comerciais entre a China e os Estados Unidos estão na base da diminuição significativa que se tem verificado no comércio com Hong Kong, que aparece agora mais «limpo» das re-exportações que eram feitas através do seu território.

<sup>18</sup> É também neste quadro que, por exemplo, deve ser visto a crescente aproximação da China à Coreia do Sul; a ela não são estranhas o interesse daquele país quer em aproveitar o crescente poder económico da Coreia e o seu crescente investimento directo no exterior quer a sua experiência de organização económica nacional com recurso a grandes grupos económicos como são as *chaebol*. Estas poderão ser, de facto, fonte de inspiração para a reestruturação do importante sector estatal chinês.

## ii) As importações

As importações sofreram também uma profunda evolução da sua estrutura desde o início das reformas económicas. De facto, ao mesmo tempo que baixavam significativamente as de alimentos e de produtos intermédios, aumentaram em 11 pontos percentuais as de bens de capital, o que é um retrato do esforço de investimento e de renovação tecnológica efectuado.

[QUADRO N.º 18]

### Mudanças estruturais nas importações (%)

Tipo de mercadorias	1984	1990
Alimentos	9,8	8,6
Combustíveis minerais	0,5	2,4
Produtos intermédios	53,8	39,4
dos quais: produtos químicos	16,6	12,9
crude e seus derivados	10,0	7,6
ferro e aço	17,1	5,3
Bens de consumo	2,3	4,7
Bens de capital	33,5	44,3
dos quais: equipamento de transporte	7,7	11,2

Fonte: WORLD BANK *China: foreign trade reform*, op. cit.

[QUADRO N.º 19]

### Produtos importados pela China em valor superior a 1 bilhão de US \$ em 1993 (Bilhões de US \$)

Produtos	1992	1993
Produtos de aço	4,0	11,1
Automóveis e chassis	2,4	3,6
Maquinaria têxtil	2,6	3,6
Produtos petrolíferos	1,4	3,0
Crude	1,7	2,3
Aviões	1,4	1,9
Máquinas para trabalhar metal	0,9	1,9
Fibras sintéticas para a indústria têxtil	1,5	1,6
Máquinas para trabalhar borracha ou plástico	1,0	1,6
Aparelhagem de controlo automático	1,1	1,3
Lingotes e produtos forjados semiacabados	0,3	1,3
Cobre	1,3	1,2
Polystyreno base	1,0	1,2
Circuitos interligados e módulos electrónicos	0,8	1,1
Couros	0,8	1,1
Telefones	0,5	1,0
Tecidos de algodão	1,0	1,0

Fonte: *Almanac of China's Foreign Economic Relations and Trade 1994-95*, China Resources Advertising Co. Ltd., Hong Kong, 1994, pg. 602.

Os principais fornecedores da China são o Japão, os Estados Unidos e Hong Kong. Porém, se considerada no seu conjunto, a União Europeia (12) surge em segundo lugar. De entre os seus países, a Alemanha é o principal parceiro comercial da China, tendo fornecido a esta cerca de 6 biliões de US \$ em produtos. Seguem-se-lhe a Itália, o Reino Unido e a França, que são também os principais clientes do país, embora nesta qualidade o Reino Unido ocupe o primeiro lugar.

[QUADRO N.º 20]

**Origem, por países, das importações (%)**

1984	% ajustada com as re-exportações via Hong Kong	% não ajustada
Japão	35,0	31,0
Estados Unidos	16,0	15,0
União Europeia	13,0	13,0
Outros	29,0	41,0
dos quais: Hong Kong		12,0
<b>1990</b>		
Japão	21,0	14,0
Estados Unidos	15,0	12,0
União Europeia	15,0	15,0
Outros	49,0	59,0
dos quais: Hong Kong	4,0	27,0

Fonte: WORLD BANK *China: foreign trade reform*, WB, Washington, 1994, pg. 19.

Note-se que as diferenças já salientadas noutra local entre as estatísticas chinesas do comércio externo e as produzidas pelos países importadores dos produtos chineses conduzem à verificação de saldos bastante diferentes nas contas do comércio externo daquele país conforme são apresentadas por ele ou pelos importadores. É o que se verifica, por exemplo, com dois dos grandes parceiros comerciais da China: os Estados Unidos e a União Europeia. Enquanto que pelas contas destes o comércio com a China é significativamente favorável àquela (12,8 e 10 biliões de US \$, respectivamente, só em 1991), segundo as estatísticas chinesas o país é deficitário em tais relações.

Não admira, portanto, que as preocupações de cada país/grupo de países quanto ao comércio bilateral sejam tão diferentes: a China mais preocupada com a concorrência dos produtos estrangeiros no seu mercado e os EUA e a União Europeia mais preocupados com a capacidade de penetração dos produtos chineses nos seus mercados nacionais, nomeadamente concorrendo uma parte dos seus sectores mais mão-de-obra intensivos (p.ex., os têxteis) e dificultando, assim, a absorção do elevado desemprego que se verifica nas duas margens do Atlântico.

O sucesso da China como exportador levou-a a ganhar posições

**Trocas China-União Europeia e China-EUA em 1990 e 1991 (bilhões de US \$)**

	1990		1991	
	UE	EUA	UE	EUA
Exportações chinesas	5,6	5,2	6,7	6,2
Importações chinesas	8,1	6,6	8,4	8,0
Saldo segundo a alfândega chinesa	-2,5	-1,4	-1,7	-1,8
Saldo efectivo (a favor da China) segundo o parceiro comercial	+5,5	+10,4	+10,0	+12,8

Fonte: VERBOIS, J. M., *La Chine: les clés du marche*, Editions du CFCE, Paris, 1992.

de mercado importantes nos tipos de produtos em que, de momento, se encontra especializada. É o caso, por exemplo, dos artigos de viagem e dos brinquedos e artigos de desporto (posições 831 e 894 da SITC):

**Parte da China e outros países asiáticos  
nas exportações mundiais de certos produtos (%)**

Código SITC	Tipo de produto	China		Exportadores avançados do leste asiático	
		1985	1990	1985	1990
724	equipamento de telecomunicações	0,8	5,9	11,9	15,0
725	equipamento eléctrico doméstico	0,8	8,8	11,3	9,6
831	artigos de viagens; sacos/malas de mão	12,3	30,6	21,6	17,0
841	vestuário não de pele	8,0	14,4	23,7	17,2
851	calçado	2,4	13,3	13,3	16,7
864	relógios	3,0	9,2	19,8	20,4
891	gravadores de som	0,3	4,0	6,9	12,4
894	brinquedos, artigos de desportos, etc.	6,5	22,3	21,8	13,0

Fonte: WORLD BANK *China: foreign trade reform*, WB, Wanshington, 1994, Quadro 7.9, pg. 161.

Para esta posição contribuiu certamente o facto de os preços que a China consegue praticar nas suas vendas ao exterior serem normalmente mais vantajosos que as de outros países, incluindo os quatro Novos Países Industrializados da Ásia Oriental (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura; os «NICs» na sigla inglesa) (Vd. Quadro 23).

Este quadro significa, por exemplo, que, em média, os preços (em 1990) a que a China vende a sua produção de vestuário para a União Europeia são inferiores em quase 54 por cento aos preços a que os restantes países da OCDE vendem vestuário para essa mesma UE e cerca de 18 por cento mais baratos do que os praticados pelos NICs (Coreia, Taiwan, Hong Kong e Singapura) nas suas exportações destinadas à Europa. Da mesma forma, no mercado japonês o calçado proveniente

**Preços relativos praticados pela China e por outros países  
nas suas exportações para a União Europeia, o Japão e os Estados Unidos, 1990**

SITC/Produto	Total importação por UE+Japão +EUA	Preços médios de exportação perla China relativamente aos dos países da OCDE e dos NICs (%)					
		União Europeia		Japão		Estados Unidos	
		OCDE	4 NICs	OCDE	4 NICs	OCDE	4 NICs
84 Vestuário	8 489	-53,6	-18,2	-81,1	-37	-58,2	-17,5
89 Manufacturas diversas	6 236	-37,6	-28,5	-61,6	-27,5	-39,2	-17,8
72 Máquinas eléctricas	3 359	-26,3	-28,7	-59,9	-9,6	-41,5	-22,0
65 Têxteis e vestuário	2 385	-11,1	-6,8	-50,2	-11,5	-36,5	-14,1
85 Calçado	2 000	-55,0	-44,5	-85,2	-23,3	-76,8	-32,5
83 Artigos de viagem	1 417	-58,0	-6,4	-89,9	-20,6	n.a.	n.a.
51 Produtos químicos	901	-9,7	-5,8	-13,0	-17,3	1,8	-13,3
69 Manufacturas metálicas	855	-40,8	-41,6	-70,1	-31,8	-47,8	-18,0
71 Máquinas não eléctricas	657	-38,9	-39,8	-75,2	-22,7	-87,2	-25,3
86 Instrumentos científicos	555	-41,5	-27,1	-59,7		-64,0	-22,0
Total das manufacturas	29 801	-45,6	-21,6	-58,9	-26,5	-52,2	-19,9

Fonte: WORLD BANK *China: foreign trade reform*, WB, Washington, 1994, Quadro 7.10, pg. 163.

da China é 85,2 por cento mais barato do que o proveniente dos países da OCDE e 23,3 por cento mais barato do que o importado dos NICs. Em relação ao total das manufacturas, as que se vendem nos Estados Unidos e que são produzidas pela China custam, em média, metade do preço das importadas dos restantes países da OCDE e cerca de 20 por cento menos que as originárias dos NICs. Naturalmente, em muitos casos as diferenças de preços correspondem a diferenças de qualidades.

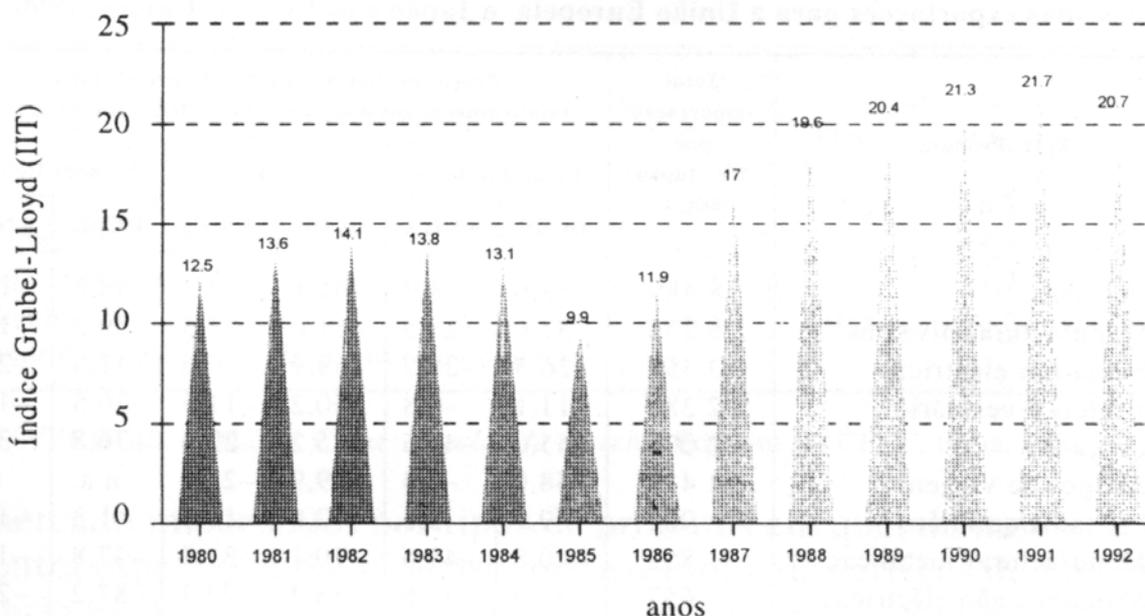
Outro aspecto interessante na relação comercial entre a China e os países da OCDE (União Europeia, Estados Unidos, Japão, Austrália e Nova Zelândia, com os três primeiros espaços económicos a dominarem o conjunto) é o do comércio intra-indústrias, i.e., a troca entre produtos similares<sup>19</sup>. O restante será o comércio de produtos diferentes, respondendo a necessidades distintas.

Ora, como se pode verificar pelo gráfico, o comércio intra-indústrias aumentou desde 1980 até à actualidade, ainda que tenha conheci-

<sup>19</sup> A evidência empírica diz que este tipo de comércio tem tendência a aumentar com o crescimento do rendimento *per capita* já que isso provocará um aumento da diversificação quantitativa e qualitativa de produtos pretendidos pelos consumidores (finais ou intermédios). Assim sendo, esperar-se-á um aumento deste tipo de comércio entre a OCDE e a China à medida que o rendimento *per capita* de ambas (nomeadamente desta, já que a que tem mais rápido crescimento) aumenta.

A análise que se segue quanto a este aspecto é baseada em HELLVIN, Lisbeth *Vertical intra-industry trade between China and OECD countries*, OECD Development Centre Technical Paper n.º 114, Paris, July 1996.

Comércio intra-indústrias entre a China e a OCDE  
Manufacturas, 1980-92



Fonte: HELLVIN, Lisbeth, op. cit., Quadro 1, pg. 3.

do uma quebra em meados da década de 80. Se no início desta ele representava cerca de 12,5 por cento do comércio total de manufaturas entre os dois espaços económicos, no início da década de 90 ele representava já cerca de 20-21 por cento do total. Esta evolução dá conta de uma crescente interligação entre as economias e a produção dos dois espaços já que uma parte importante destas trocas é constituída usualmente por fornecimentos de *inputs* à produção e/ou por trocas de bens similares mas de qualidade diferente. Neste caso, de troca *vertical*<sup>20</sup> intra-indústrias, a China aparece como fornecedora de produtos com menor qualidade e maior coeficiente de utilização de mão-de-obra e a OCDE como fornecedora de bens com maior qualidade e maior intensidade capitalística e tecnológica.

Note-se que os valores daquele gráfico escondem um comportamento diferenciado quer por país quer de cada uma das indústrias (Secções 5-8 da CTIC) envolvidas. De facto, o país da OCDE com maior índice de comércio intra-indústrias com a China é o Japão com 20,5 por cento, seguindo-se-lhes o Reino Unido e a Itália com 18,8 e 13,1 por cento, respectivamente. Os Estados Unidos, um dos dois principais parceiros comerciais do país (o outro é o Japão), têm um índice de 9,5 por cento. Isto significa que, pelo menos aparentemente, os laços que se estão a tecer entre as economias chinesa e japonesa são mais intensos, porque criadores de maiores interdependências entre as respectivas produções, que os que se têm vindo a estabelecer entre a China e os Estados Unidos.

<sup>20</sup> Distintamente desta, a troca horizontal verifica-se quando o comércio é fundamentalmente de variedades de um produto caracterizadas por diferentes atributos; ocorre fundamentalmente entre países de alto e similar rendimento per capita. Os bens têm então qualidades aproximadas.

### c) O investimento estrangeiro

É a existência de uma vasta mão-de-obra, relativamente dócil e pronta a trabalhar sem grandes exigências quanto a condições sociais e salariais, que tem atraído volumes crescentes de capitais estrangeiros que, talvez mais que explorar um mercado interno ainda limitado exactamente devido ao nível dos salários<sup>21</sup>, aproveitam aquelas condições para deslocalizar para a China aquelas fases da produção mais intensivas em mão-de-obra.

[QUADRO N.º 24]

**Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na China, 1979-1994**  
(Milhões de US \$ e percentagens)

Ano	IDE efectivo	IDE contratos	% realização
Acumulado de 1979-1982	1 166	6 010	19,4
1983	636	1 732	36,7
1984	1 258	2 651	47,5
1985	1 661	5 931	28,0
1986	1 874	2 834	66,1
1987	2 314	3 709	62,4
1988	3 193	5 297	60,3
1989	3 393	5 600	60,6
1990	3 487	6 596	52,9
1991	4 366	11 977	36,5
1992	11 007	58 123	18,9
1993	27 515	111 436	24,7
1994	33 787	81 406	41,5
Acumulado de 1979-1994	95 657	303 302	31,5

Fonte: *The China Business Review*, Maio-Junho de 1995, pg. 32.

<sup>21</sup> Esta constatação não deve, porém, fazer esquecer que em termos globais e se medido pela Paridade dos Poderes de Compra (a metodologia conhecida pela sigla inglesa de PPP) —, o PIB (medido em PPC) da China era, em 1992, quase igual ao do Japão, com um índice de 40 (Estados Unidos = 100), estando juntamente com este país no segundo lugar da ordenação dos países segundo este critério. A estimativa do *The Economist* (vd a edição de 1 de Outubro de 1994, pg. 4 do «survey» sobre a economia global «War of the worlds») é de que nos anos 20 do próximo século a China, sempre com EUA = 100, sejam a principal economia mundial segundo este critério, mantendo-se quase intacta a distância entre os EUA e o Japão.

A metodologia da Paridade dos Poderes de Compra visa eliminar no cálculo do PIB total e do PIB *per capita* os efeitos de diferente estrutura e nível de preços entre os diversos países. Pretende também eliminar a influência sobre aqueles agregados resultantes das diferenças do «realismo» das taxas de câmbio dos vários países, já que nuns casos elas estarão subavaliadas e noutros casos estarão sobreavaliadas. Para se ter uma ideia da alteração dos valores do PIB *per capita* (PIBpc) sem e com utilização desta metodologia, refiram-se três exemplos (todos os valores para 1990 e em US \$): EUA: PIBpc (preços correntes) = 21 790; PIBpc (PPC) = 21 449; Portugal: PIBpc (preços correntes) = 4 900; PIBpc (PPC) = 8 770; Moçambique (o país com menor PIBpc a preços correntes): PIBpc (preços correntes) = 80; PIBpc (PPC) = 1 072.

Estes valores significam que o país recebeu, em média e no período 1982-87, cerca de 2 por cento do investimento directo estrangeiro mundial e cerca de 9 por cento do aplicado nos países em desenvolvimento; estas percentagens aumentaram para 7 e 21,7 por cento, respectivamente, em 1992, fazendo do país, nesse ano, o terceiro principal destino (depois da França, o primeiro, e da Inglaterra) do investimento estrangeiro a nível mundial.

[QUADRO N.º 25]

**Distribuição do IDE contratado segundo a origem, 1993**  
(Milhões de US \$ e %)

	Valor	%	1979-1992 (%) *
TOTAL	11 143	100,0	
Japão	2 960	2,6	12
Estados Unidos	6 813	6,1	9
Alemanha	2 493	2,2	2
Hong Kong e Macau	76 753	68,9	59 (só HK)
Taiwan	9 965	8,9	4
Singapura			1

Fonte: FUKASAKU, K. e WU, M. *China as a leading Pacific economy*, OECD Development Centre Technical Papers n.º 89, OECD, Paris, 1993 e *The China Business Review*, Maio-Junho de 1995, pg. 33.

(\*) Vd ZHAN, Xiaoning «The role of IDE in market oriented reforms and economic development: the case of China» in *Transnational Corporations*, vol. 2, n.º 3, pg. 127, gráfico 2.

A maioria dos investimentos estrangeiros feitos na China são aí colocados através de Hong Kong (principalmente) e de Macau, os quais aplicaram, em conjunto, cerca de 70 por cento do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) de 1992. Hong Kong domina 59 por cento dos investimentos feitos no período 1979-92. É possível que uma parte importante deste volume seja de filiais de multinacionais americanas e europeias mas sabe-se que os *overseas Chinese*, nomeadamente de Taiwan e do Sudeste Asiático, são dos principais responsáveis por este fluxo<sup>22</sup>. Taiwan, com 8,9 por cento, e o Japão, com 2,6 por cento (6,4 por cento em 1992), têm também uma participação digna de registo (a participação de ambos no total do IDE de 1979-92 é de 4 e 12 por cento, respectivamente). De notar a posição de Taiwan, já que oficialmente as relações económicas entre ela e o continente chinês estão proibidas há longos anos — o que não impediu a China de, numa manifestação do seu usual pragmatismo, criar uma ZEE (a de Xiamen) em frente de Taiwan com o objectivo de captar os investimentos daí provenientes.

De referir ainda a recente importância da Coreia do Sul como investidora no país. Trata-se, para muitos autores, de uma estratégia de

<sup>22</sup> Há estimativas que atribuem ao conjunto dos *overseas Chinese* (incluindo os de Hong Kong e de Taiwan) a propriedade de cerca de 3/4 do capital estrangeiro investido na China [vd TRIGOSO, Carlos *China's ongoing reform: results and limits*, 29 de Junho de 1995 (Internet)].

envolvimento da Coreia do Norte na esperança de que o aumento das relações entre a China e a Coreia do Sul tomem a primeira sensível aos argumentos da segunda, permitindo moderar os ímpetus belicistas da Coreia do Norte. Ao mesmo tempo, privilegiando o investimento naquela região, prepara-se o futuro das Coreias (reunificadas?) ajudando a criar um triângulo de desenvolvimento que envolva as duas e a Manchuria.

Temos, pois, que a maioria dos investimentos feitos na China têm tido como origem as outras economias da região numa manifestação evidente da integração económica regional (ainda que não formalizada em acordos oficiais) a que se tem vindo a assistir na região e em que um tipo de agentes muito importante têm sido os já referidos *overseas Chinese*.

Para além das outras economias da Ásia Oriental, só os Estados Unidos têm uma posição de algum relevo, sendo notório o nível extremamente limitado de investimentos europeus.

No quadro da estratégia prosseguida pela China e com os objectivos que se propõem os investidores estrangeiros, a maioria do IDE é efectuada nas ZEE e nas chamadas cidades costeiras abertas. De facto, é aí que se concentram 88,2 por cento dos investimentos, sendo de salientar a posição relativa da província de Guangdong já que ela, só por si, absorve cerca de 1/3 de todo o investimento estrangeiro na China. Também as províncias de Jiangsu, na zona de influência de Xangai, e de Fujian, a província chinesa frente a Taiwan e onde se localiza a ZEE de

[QUADRO N.º 26]

**Distribuição do IDE efectivamente realizados por região da China, 1992**  
(Milhões de US \$ e %)

	Valor	%	Investimento estrangeiro em % do investimento total na província <sup>(1)</sup>
TOTAL nacional	11 007,5	100,0	
Guangdong (Cantão)	3 551,5	33,1	31,7
Fujian	1 416,3	13,2	
Jiangsu	1 460	13,6	
Pequim	349,9	3,3	
Xangai	481,1	4,5	13,4
Shandong	973,4	9,1	
Liaoning	489,6	4,6	
Hainan	452,6	4,2	
Zhejiang	232,4	2,2	
Subtotal das regiões costeiras	9 452,6	88,2	

Fonte: FUKASAKU, K. e WU, M. *China as a leading Pacific economy*, OECD Development Centre Technical Papers n.º 89, OECD, Paris, 1993, Quadro 7.

(1) Fonte desta coluna: WORLD BANK *China: Internal market development and regulation*, World Bank Country Study, Wahsington, 1994, pg. 213-4.

Nota: referem-se aqui apenas as regiões que captam mais de 2 por cento de IDE.

Xiamen, são zonas de crescente implantação de IDE, com cerca de 13 por cento cada uma. Depois, à distância de 4 pontos percentuais, fica mais uma das províncias do noroeste do país, Shandong.

Estes investimentos foram feitos principalmente na indústria, onde em 1991 se contavam quase 32 mil das 37 mil filiais estrangeiras registadas no país; cerca de 4 mil filiais dedicavam-se aos serviços (incluindo de propriedades, hotéis, etc). O volume de mão-de-obra empregue era naquele ano de 4,8 milhões de trabalhadores mas em 1992 esse número já tinha subido para 6 milhões, um acréscimo de cerca de 25 por cento num ano<sup>23</sup>. Aquele volume de emprego representava, no entanto, apenas 4 por cento do emprego urbano (1988: 1 por cento) pelo que não parece legítimo esperar, até pelas características mais capital-intensivas do IDE, que ele venha a desempenhar um papel determinante na criação de postos de trabalho. Esta é uma das preocupações fundamentais das autoridades económicas e políticas num país com uma mão-de-obra agrícola excedentária que estimativas oficiais prevêem que venha a ser de cerca de 200 milhões de trabalhadores no ano 2000<sup>24</sup>.

#### d) Os preços; a inflação

Uma das características essenciais de qualquer processo que vise dar mais espaço para a manifestação das forças do mercado tem de passar, forçosamente, pela redução da intervenção do aparelho estatal na definição dos preços praticados na economia incluindo o preço das divisas, i.e., a taxa de câmbio.

O processo de construção do «socialismo de mercado» na China não fugiu à regra, sendo um dos seus aspectos mais importantes a diminuição dos controlos existentes sobre os preços internos. Esta redução, que começou pela diminuição da intervenção estatal sobre os preços agrícolas logo no início do processo de transformação estrutural da economia chinesa, está bem patente no quadro seguinte:

[QUADRO N.º 27]

**Redução do âmbito dos controlos dos preços, 1978-1991 (em %)**

Ano	Bens vendidos no mercado interno			Produtos agrícolas vendidos pelos camponeses		
	Preços fixados	Preços controlados	Preços livres	Preços fixados	Preços controlados	Preços livres
1978	97,0	0,0	3,0	92,6	1,8	5,6
1985	47,0	19,0	34,0	37,0	23,0	40,0
1991	20,9	10,3	68,8	22,2	20,0	57,8

Fonte: WORLD BANK *China: Internal market development and regulation*, Washington-DC, 1994, pg. 193.

<sup>23</sup> Vd ZHAN, Xiaoming «The role of foreign direct investment in market oriented reforms and economic development: the case of China» in *Transnational Corporations*, vol. 2, n.º 3 (Dezembro de 1993), pg. 137, quadro 1. Algumas estimativas referem que estas empresas envolviam cerca de 10 milhões de trabalhadores em 1994.

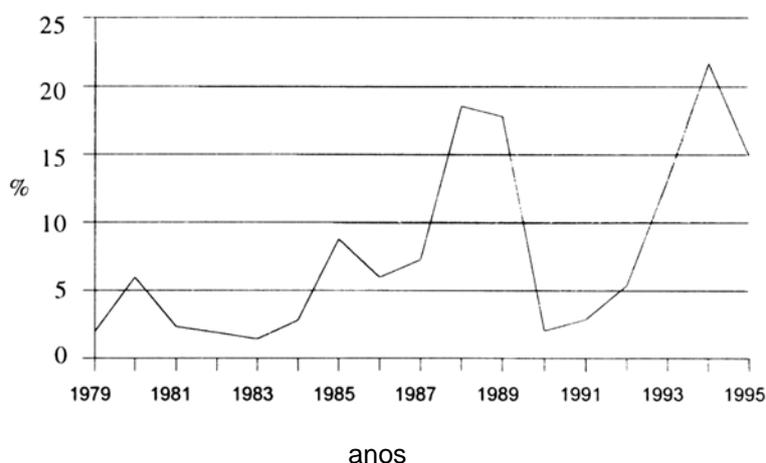
<sup>24</sup> Vd TRIGOSO, Carlos, op. cit.

Com esta significativa transformação estrutural, seria natural que se tivesse desencadeado um processo inflacionário com taxas relativamente elevadas, para o que contribuiria também o ritmo rápido de crescimento da economia e a tendência para a aproximação entre os preços praticados pelas empresas estatais e os preços de mercado em resultado da introdução da lógica de mercado na gestão desta<sup>25</sup>.

Ora, o que é notável no período em análise é que, apesar dos fenómenos referidos, a taxa de inflação se tem mantido relativamente baixa. Este comportamento só foi desmentido no final dos anos 80, quando os preços subiram cerca de 18-19 por cento em dois anos consecutivos (1988 e 1989). Ele está também a ser desmentido actualmente já que a inflação ronda agora (Agosto de 1996) os cerca de 10 por cento depois de em 1994 ter alcançado os cerca de 24 por cento.

Porém, é necessário não esquecer que as taxas verificadas no fim dos anos 80 se seguiram a dois anos (1987 e 1988) em que o crescimento do produto, medido a preços constantes de 1980, foi de 11,2 por cento em ambos os anos, uma taxa muito elevada em qualquer parte do mundo e que dificilmente não traria consigo tensões inflacionistas.

**China: taxa de inflação**



[QUADRO N.º 28]

**China: taxa de inflação**

1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1993
2,0	6,0	2,4	1,9	1,5	2,8	8,8	6,0	7,3	18,5	17,8	2,1	2,9	5,4	13,2	21,7

Fonte: WORLD BANK *The Chinese economy: fighting inflation, deepening reforms*. World Bank Country Study, Wagsington-DC, 1996.

<sup>25</sup> Para ilustrar este facto refira-se que se em 1983 o rácio entre os preços de mercado e os das empresas estatais era de 146,3, em 1991 ele tinha baixado para 105,2; i.e., em 1983 e para o mesmo produto, os preços de mercado eram quase 50 por cento superiores aos praticados pelas indústrias estatais, enquanto que a subida dos preços praticados por estas, tendo subido mais rapidamente que os de mercado, fez com que em 1991 essa diferença fosse apenas de cerca de 5 por cento.

A evolução verificada leva-nos a chamar a atenção para dois fenómenos algo fora do vulgar: primeiro, o de que com as taxas de crescimento do PIB que se verificaram seria de esperar que se tivesse assistido a um processo inflacionário mais acentuado; segundo, o de a economia chinesa tem reagido bem (em sentido e em velocidade) às medidas tomadas para controlo daquele processo.

Ambos os fenómenos parecem ter uma explicação comum: é que, apesar do processo de liberalização em curso, o grau de controlo central da economia chinesa é ainda relativamente grande. Aliás, uma parte importante das subidas mais acentuadas dos preços que se verificam (vd a inflação dos últimos anos) parece deverem-se às intervenções da política económica, nomeadamente a de fixação administrativa dos preços agrícolas de acordo com o princípio da manutenção, tanto quanto possível, do poder de compra dos camponeses comparativamente com os das populações urbanas — inclusive para tentar minorar os fluxos migratórios internos campo-cidade.

Ora, à medida a economia nacional se desenvolver e complexificar e que os mecanismos de mercado tenderem a suplantar, de facto, os de direcção central, tomar-se-á cada vez mais difícil controlar uma economia tão «bem comportada» como, pelo menos aparentemente, tem sido a chinesa. Será então cada vez mais difícil combinar crescimento (muito) rápido com taxas de inflação baixas. O controlo desta poderá impor um passo mais lento de transformação estrutural — que, de qualquer forma, tenderá a verificar-se face à subida dos valores absolutos das variáveis, nomeadamente do PIB.

#### *e) As finanças públicas*

De quanto fica dito resulta evidente que, como será natural num país com a organização institucional da China pós-1949, ao Estado coube um papel fundamental na condução do processo de reformas.

Mas se é assim no domínio da política económica, as alterações introduzidas nesta no sentido de uma crescente liberalização e consequente alargamento do espaço de manobra do sector privado, não poderiam senão traduzir-se numa alteração estrutural da presença do Estado na economia. Como vimos, uma das peças fundamentais desta alteração foi a redução das ligações das empresas públicas aos organismos centrais de comando de economia. Outra foi a redução do peso do aparelho de Estado na economia medido pela alteração do peso das despesas públicas no PNB. Este, como se pode verificar pelo quadro seguinte, reduziu-se significativamente durante o processo de reformas, passando de cerca de 34 por cento em 1978 para cerca de 20 por cento do PNB na actualidade.

Note-se que ao mesmo tempo que se deu uma alteração do peso dos gastos do Estado na economia, deu-se também uma alteração estrutural da sua composição: as despesas correntes têm crescido significativamente no conjunto das despesas públicas em detrimento das despesas com o desenvolvimento. Isto não significa, como parece evidente de

**China: evolução da despesa pública em % do PNB, 1978-91**

	1978	1979	1984	1985	1990	1991	1995 (est.)
TOTAL	34,1	36,7	27,9	27,2	22,0	21,1	13,8
Despesa corrente	19,3	21,6	19,8	19,6	17,4	16,9	11,6
Despesa de desenvolvimento	14,9	15,2	8,0	7,5	4,6	4,2	2,1

*Fonte:* WORLD BANK *China: reform and the role of the Plan in the 1900s*, World Bank Country Study, Washington-DC, 1992 e IMF *People's Republic of China — recent economic development*, IMF Staff Country Report n.º 96/40, Washington-CD, May 1996, pg. 31 para a estimativa de 1995.

toda a evolução que se deu, uma menor atenção a este processo mas sim a uma modificação do peso relativo dos sectores público e privado, com este a suplantar progressivamente aquele mas sob a sua orientação genérica.

De realçar na evolução das diversas rubricas das despesas correntes é o comportamento das efectuadas com a «cultura, educação e saúde pública» e as que resultaram dos «prejuízos das empresas públicas».

A quase duplicação das primeiras resulta de uma tendência normal nos processos de modernização das economias, já que ao longo deles o Estado tende a concentrar a sua atenção na prestação dos chamados bens públicos que compõem aquela rubrica. Mas se esta é uma tendência normal, o que há aqui que salientar é a rapidez do crescimento dessas despesas, que traduz bem o esforço feito nestas áreas, em particular no domínio da educação, necessário para sustentar a prazo o esforço de crescimento e para assegurar ao país o maior controlo possível sobre os novos processos técnicos que acompanham o processo de crescimento económico rápido.

**Estrutura das despesas públicas, 1978-1991**  
(em percentagem do total das despesas)

	1978	1979	1984	1985	1991	1992	1993	1994	1995
Despesas correntes	56,5	58,7	71,2	72,3	78,4	80,2	77,7	85,1	84,6
Administração	4,0	3,9	7,1	6,2	8,4	9,4	9,8	11,5	11,5
Defesa	13,7	15,2	9,3	8,3	8,0	8,3	7,8	8,7	7,8
Cultura, educação, saúde pública	9,2	9,0	13,6	13,6	16,9	17,5	17,5	20,2	19,2
Serviços económicos	14,6	12,7	10,5	9,6	10,2	10,5	10,5	9,1	7,3
Subsídios	9,3	13,3	21,1	21,8	21,2	16,9	13,0	10,7	9,2
às necessidades diárias	6,4	10,9	16,2	13,5	9,0	7,1	5,5	5,0	5,1
prejuízos das empresas públicas	2,9	2,4	4,4	7,7	12,2	9,8	7,5	5,8	4,1
Outras despesas correntes	5,6	4,6	9,6	12,8	13,7	13,0	15,9	20,6	24,5
Despesas de desenvolvimento	43,5	41,3	28,8	27,7	20,1	19,8	22,3	14,9	15,6

*Fonte:* WORLD BANK *China: reform and the role of the Plan in the 1900s*, World Bank Country Study, Washington-DC, 1992 e idem *The Chinese economy (...)*, op. cit. e IMF *People's Republic of China: recent economic development*, op. cit.

Quanto às segundas, trata-se de um fenómeno a merecer especial atenção já que as necessidades de financiamento desses prejuízos são uma das causas da inflação (vd. quadro 30) que espreita a economia chinesa e que já obrigou à introdução de medidas rectificadoras em 1988 — com todas as consequências quanto à instabilidade social e política (relembre-se aqui o incidente da Praça Tianamen) que daí resultou — e que actualmente voltou a assumir uma grande importância na conjuntura económica chinesa.

Quanto aos rendimentos do governo, é de salientar também a grande redução do seu peso em relação ao PNB: representando 34,4 por cento do Produto em 1979, eles passaram a representar apenas 19,9 por cento em 1990.

### AS ZONAS ECONÓMICAS ESPECIAIS E AS CIDADES COSTEIRAS ABERTAS<sup>26</sup>

Vector principal das reformas foi a abertura da China ao mercado internacional. Dada a escassez de capitais existentes e, principalmente, dados o atraso tecnológico do país e a falta de conhecimentos para a penetração no mercado internacional, uma decisão estratégica tomada foi a da constituição, em 1979/80, de Zonas Económicas Especiais (ZEE) e a da abertura de várias cidades costeiras ao capital estrangeiro sob a forma de Zonas de Desenvolvimento Económico e Tecnológico (ZDET)<sup>27</sup>.

Traço de união entre todas as zonas é o facto de elas se situarem em regiões onde a presença e/ou a proximidade de comunidades de *overseas Chinese* é muito importante.

As primeiras ZEE a serem criadas foram, em 1979, as de Shenzhen, adjacente a Hong Kong, Zhuhai, junto de Macau, Shantou e Xiamen (esta última foi criada em 1980). As duas primeiras, pela sua localização, procuram uma grande integração com cada um dos territórios ainda sob administração estrangeira que lhes estão adjacentes; as duas últimas localizam-se frente a Taiwan e estão especialmente vocacionadas para captar investimentos desta. Shenzhen, Zhuhai e Shantou localizam-se na província de Guangdong e a última, Xiamen, pertence à província de Fujian. Ambas as províncias se situam no sudeste do país. Em 1988 foi criada uma quinta ZEE toda a ilha de Hainan, a sul das anteriores.

Note-se que as ZEE não são meras zonas francas como é usual encontrar hoje em dia um pouco por todo o mundo, nomeadamente na

---

<sup>26</sup> Bibliografia fundamental para a abordagem deste ponto foi WORLD BANK *China: foreign trade reform*, op cit.

<sup>27</sup> Na literatura em inglês, nomeadamente a dimanada das organizações internacionais e da própria China, estes dois tipos de zonas são denominadas, respectivamente, por *Special Economic Zones (SEZs)* e *Economic and Technological Development Zones (ETDZs)*.

própria Ásia Oriental e do Sudeste. De facto, dado estarem inseridas num país que se continua a reivindicar do socialismo — embora desde há alguns anos seja preferida a expressão «socialismo de mercado» para designar esta forma muito especial de organização social em que se combina uma linha ideológica e política (pretensamente?) socialistas com uma prática capitalista no domínio da produção —, aquelas regiões não podiam ter apenas as características usuais naquelas zonas francas já que se tratava de admitir, portas adentro de um regime oficialmente ainda socialista, empresas capitalistas propriedade de outras empresas ou de empresários estrangeiros.

O regime de «um país, dois sistemas» tinha aqui o seu início e a sua principal manifestação exterior, esperando-se, no entanto, que as ZEE servissem de «balão de ensaio» para a abertura do país ao exterior que, através de um processo de «onda» — ou de *flying geese* como também é conhecido —, viria progressivamente a ser estendido a toda a China.

As ZEE são, pois, espaços geográficos mais ou menos alargados, abrangendo por vezes alguns milhares de km<sup>2</sup> e centenas de milhares de habitantes — Shenzhen e Zhuhai têm, respectivamente, 2 e 1,2 mil km<sup>2</sup>, com um total de 600 e 466 mil habitantes —, em que o sistema económico de planeamento central característico dos regimes do «Leste» é substituído, no essencial, pela lógica de funcionamento do sistema capitalista, em que há liberdade (ainda que com algumas restrições) de implantação de empresas e em que as leis do mercado são as que determinam quer a fixação dos preços quer as relações sociais de produção — através, nomeadamente, de legislação laboral apropriada.

Como se diz em documento do Banco Mundial, «talvez o mais importante factor de diferenciação das ZEE em relação às outras regiões da China é o de que nelas as decisões de investimento estão, em certa medida, fora do Plano Estatal central. Desde que elas consigam encontrar os fundos necessários para tal (a partir de impostos, de lucros das empresas estatais controladas pelas autoridades locais ou dos bancos), os governos locais podem estabelecer os seus próprios planos de desenvolvimento, nomeadamente de infraestruturas e de empresas. Paralelamente, as empresas das zonas, incluindo as estatais, *as joint ventures* ou as empresas integralmente estrangeiras podem tomar as suas próprias decisões de investimento, de produção e de comercialização.»<sup>28</sup>

A forma privilegiada de envolvimento das empresas estrangeiras na China, incluindo nas Zonas Económicas Exclusivas, são as *joint ventures* mas, naturalmente, muitas optam por actuarem sozinhas no mercado chinês. Até ao final de 1988 aquele tipo de empresas representava cerca de 96 por cento dos contratos assinados e 76 por cento dos efectivamente implementados.

---

<sup>28</sup> Vd WORLD BANK *China: foreign trade reform*, WB, Washington-DC, 1994, pg. 223.

A associação *em joint ventures* é preferida quer pelos investidores estrangeiros quer pelas autoridades chinesas: aqueles, porque a associação com uma empresa local lhe permite mais facilmente integrar-se num quadro envolvente completamente diferente do que conhece nos seus países e nos demais países em desenvolvimento; as autoridades chinesas, porque a sua presença nestas empresas lhes permite melhor controlar os eventuais efeitos negativos da presença de capital estrangeiro numa posição de força devido ao seu domínio quer sobre as tecnologias utilizadas quer sobre o acesso ao mercado internacional.

[QUADRO N.º 31]

**Contribuição do Investimento Directo Estrangeiro para a produção das cidades costeiras e das Zonas Económicas Especiais, 1992**  
(milhões de Yuan chineses e de US \$ e percentagens)

Cidades/ Zonas Económicas Especiais	Valor Bruto do Produto Industrial (milhões de Yuan)	Valor do produto das filiais estrangeiras (milhões de Yuan)	Parte das filiais estrangeiras no valor do Produto Industrial (%)	Investimento Directo Estrangeiro (milhões de US \$)
Tianjin	70 270	7 115	10	116
Qinhuangdao	5 136	817	16	77
Dalian	31 382	2 542	8	312
Xangai	215 474			790
Lianyungang	6 338	277	4	30
Nantong	30 727			60
Ningbo	35 674	2800	8	115
Wenzhou	12 348			25
Fuzhou	17 625	7 215	42	1
Qingdao	33 402	1 423	4	203
Yantai	41 900	720	2	244
Weihai	17 012	427	3	57
Cantão	62 419	16 107	26	554
Zhejiang	10 269	661	6	66
Beihai	1 969	157	8	71
Shenzhen*	35 342	25 367	72	449
Zhuhai*		7 490		199
Shantou*	11 265	4 084	36	220
Xiamen*	12 679	7 242	57	564
Hainan*	6 520	960	15	452
Zonas Económicas Cidades costeiras abertas	591 585	45 143		1 884 2 721

Fome: ZHAN, Xiaoning James «The role of foreign direct investment in market oriented reforms and economic development: the case of China» in *Transnational Corporations*, vol. 2, n.º 3 (Dezembro 1993), pg. 142/3 (Quadro 3).

\* ZEE.

Este investimento estrangeiro tem contribuído para um fenómeno que caracteriza as ZEE e que não pode deixar de ser encarado como um dos seus custos: o facto de aquelas zonas, em vez de transmitirem para o interior o seu rápido desenvolvimento, se terem constituído quase em

«enclaves» que atraem a um ritmo impressionante as populações das restantes regiões da China, contribuindo para o agravamento das desigualdades regionais<sup>29</sup> e para um processo de abandono significativo das zonas rurais do interior. É uma fonte potencial de tensões sociais que só o futuro poderá dizer como virão a ser resolvidas.

Um possível antídoto para tal evolução é o alargamento a um número cada vez maior de regiões do tratamento especial que as ZEE e as cidades costeiras (ZDET); assim, gradualmente, se faz a integração de toda a economia nacional no processo de transição para o («socialismo de») mercado.

Exemplo desta evolução é o alargamento a todo o vale do Rio Yangtsé, desde o interior até Xangai, das facilidades de implantação concedidas noutras áreas ao capital estrangeiro<sup>30</sup>.

Esta região, embora ocupando apenas 3,4 por cento do território nacional, é habitada por 15 por cento da população chinesa e é responsável por cerca de 20 por cento da produção do país. O facto de fazer parte do que se poderá considerar como o coração da China — a verdadeira capital económica do país, Xangai, encontra-se aí — , permite antever um grande crescimento para toda esta área. A prioridade será dada ao desenvolvimento de indústrias intensivas em tecnologia e ao sector dos serviços, nomeadamente financeiros.

Conscientes do crescente desnível de desenvolvimento económico entre as suas regiões e o litoral chinês, muitas autoridades locais do interior do país tomaram a iniciativa de criarem, à revelia do poder central, áreas especiais para implantação de investidores nacionais e estrangeiros (principalmente estes). Um relatório do Banco Mundial refere estimativas de que existiriam cerca de 1800 (!) destas zonas, incluindo zonas económicas especiais, zonas de desenvolvimento económico, zonas de desenvolvimento económico e tecnológico, zonas para alta (e nova) tecnologia, zonas para atrair em especial os investidores de Taiwan, zonas de comércio (livre) transfronteiriço, etc.<sup>31</sup>.

Concedendo (ilegalmente) facilidades fiscais e outras por vezes superiores às concedidas pelo governo central nas ZEE e nas ZDET,

---

<sup>29</sup> Estas disparidades regionais têm origem histórica na China, quer devido à orografia do terreno quer devido à sua extensão e às diferenças étnicas e de dialectos da população. Ela terá sido aumentada pela política maoista de incentivo à *self reliance* do país e das suas diversas regiões. Vd., neste sentido, HUANG, Weixin *Economic integration as a development device: the case of the EC and China*, Veriag Breitenbach Publisher, Saarbrücken (D)-Fort Lauderdale (USA), 1992.

<sup>30</sup> Vd. ADB *Asian Development Outlook 1994*, Oxford University Press for the Asian Development Bank, Hong Kong, 1994, pg. 86.

<sup>31</sup> Vd. WORLD BANK *China: internal market development and regulation*, World Bank Country Study, Washington, DC, 1994, pg. 47. Aqui se refere também que, segundo o Banco da China, só na província de Sichuan e na primeira metade de 1992, foi proposta a criação de 233 novas zonas de desenvolvimento.

muitas delas estarão votadas ao fracasso já que Pequim tem demonstrado sinais de querer retomar o controlo da situação<sup>32</sup>. Questão que se coloca, porém, é a de saber em que medida é que a tradicional tendência centrípeta da administração chinesa imporá a sua voz deixando lugar para uma situação de facto (que não *de jure*) mais consentânea com a vontade das autoridades locais contribuindo, assim, para a redução que se tem vindo a verificar nos últimos anos das desigualdades regionais a que nos referimos acima.

Dentro das ZEE é, por vezes, possível encontrar zonas com um tratamento preferencial, as zonas de comércio livre (Free Trade Zones). É o caso, por exemplo, de duas estabelecidas no interior da ZEE de Shenzhen: as de Shataojiao e de Futian.

As empresas instaladas nestas subzonas têm algumas vantagens sobre as demais das ZEE: podem arrendar os terrenos para sua instalação directamente das autoridades municipais — o que pode contribuir para acelerar o processo de instalação — e contratar pessoal directamente, sem dependência do organismo estatal local de contratação.

Para além das anteriores, outra das zonas especiais mais conhecidas é a de Pudong, em Xangai, em funcionamento desde 1992 e que se tem vindo a expandir com alguma rapidez.

Vantagem essencial das empresas no seio das zonas especialmente vocacionadas para atrair o capital estrangeiro é a possibilidade de reterem a totalidade das suas receitas em divisas. Porém, durante muito tempo as empresas autorizadas a venderem no mercado interno não podiam converter livremente em divisas externas as suas receitas em yuans. Face à necessidade destas encontrarem mecanismos para exportarem os lucros obtidos e à de as primeiras obterem moeda nacional para a aquisição dos *inputs* adquiridos na China (incluindo o pagamento de salários), surgiram a partir de 1985 vários centros de transacção de divisas que vieram contribuir para solucionar, através do mecanismo do mercado, o problema. A unificação do mercado de divisas verificado em 1 de Janeiro de 1994 e a crescente liberalização da movimentação de divisas são um elemento importante para o funcionamento das empresas estrangeiras no país.

Uma outra vantagem das empresas das ZEE é o facto de, no quadro do processo de liberalização crescente do funcionamento da economia, a maioria da sua actividade decorrer num ambiente de grande liberdade de funcionamento dos vários mercados — embora, naturalmente, continuem a existir alguns controlos.

---

<sup>32</sup> Tais facilidades incluem o estabelecimento de isenções e reduções fiscais que afectam não só a parte dos impostos a reter pelas autoridades locais mas também — e é aqui que reside a principal ilegalidade — a parte que constitui receita do governo central. Daí o esforço, só parcialmente bem sucedido, deste em eliminar estas zonas «piratas».

É o caso, por exemplo, do mercado de capitais. A crescente presença de empresas estrangeiras e a preocupação das empresas estatais chinesas em se financiarem no mercado, levou ao desenvolvimento de bolsas de valores (ainda que funcionando por vezes de uma forma mais informal que formal) extremamente activas.

Também no caso do mercado de trabalho se tem assistido a uma crescente liberalização dos mecanismos do seu funcionamento. Exemplos são a aceitação da redução da duração dos contratos (actualmente mais curta), uma maior liberdade de recrutamento de trabalhadores fora da região e sem recorrer ao organismo oficial de regulação deste mercado e a maior facilidade em despedir trabalhadores. Apesar/devido a esta acrescida liberalização, as autoridades chinesas não dispensam o exercício de controlo sobre as situações que possam conduzir ao despedimento de trabalhadores. É esta, aliás, uma das razões fundamentais da sua resistência em reverem radicalmente o sistema de funcionamento de muitas das empresas do sector público empresarial, a grande maioria das quais gera prejuízos que, financiados pelo Estado, são uma das causas de inflação<sup>33</sup>.

### **EVOLUÇÃO RECENTE DA CONJUNTURA ECONÓMICA**

Como vimos, o ritmo elevado de crescimento do produto da China acabou por, em 1988 e 1989, desencadear um processo inflacionista que levou as taxas de variação do índice de preços e do custo de vida a rondar e/ou ultrapassar os 20 por cento. Esta aceleração do custo de vida trouxe consigo um aumento das tensões sociais que veio a desembocar na Praça Tianmen em 1989. Ora, com início em 1993 e pico em 1994 verificaram-se tendências de evolução dos preços semelhantes às que se verificaram no final dos anos 80.

A luta contra a inflação conduzida no final da década de 80 levou a um «arrefecimento» da economia já que as taxas de crescimento do PIB baixaram dos cerca de 11 por cento que vinham conhecendo nos últimos anos (média de cerca de 9 por cento para os dez anos precedentes) para os cerca de 4-5 por cento em 1989 e 1990. Instrumento privilegiado da política anti-inflacionista na época foi uma política monetária restritiva e a reintrodução do controlo de alguns preços que tinham, entretanto, sido liberalizados.

---

<sup>33</sup> A questão da reforma das empresas exige um tratamento autónomo. Refira-se que, segundo informações oficiais, este sector contará com cerca de 10 milhões de pessoal excedentário a que há que adicionar outro tanto na administração pública.

Por outro lado e a título de exemplo do problema de emprego que a reestruturação deste sector implica, refira-se que só em Xangai e entre 1990 e 1994, terão perdido o seu emprego nas empresas estatais ou colectivas cerca de 520 mil trabalhadores, dos quais só 320 mil encontraram um novo emprego. Vd. TRIGOSO, Carlos, *op. cit.*

## China: principais indicadores económicos; 1993-97

		1993	1994	1995e	1996p	1997p
Produto Interno Bruto	% de variação	13,5	11,8	10,2	9,0	9,0
Agricultura		4,7	4,0			
Indústria		20,7	17,4			
Serviços		9,4	8,2			
Investimento Interno Bruto	% do PIB	43,5	40,0	39,5		
Poupança Interna Bruta	% do PIB	41,5	41,4	42,2		
Taxa de inflação	% variação do IPC	13,0	21,7	14,8	12,0	12,0
Oferta monetária (M2)	% de variação	24,0	49,0	29,4	25,4	24,2
Exportações de mercadorias	% de variação	8,8	35,6	23,0	4,1	13,5
Importações de mercadorias	% de variação	34,1	10,5	14,0	12,0	16,0
Balança comercial	Biliões de US \$	-12,2	5,3	16,7	7,0	4,2
Balança de trans. correntes	Biliões de US \$	-11,9	7,6	9,0	7,7	5,0
Idem em % do PIB	%	-2,0	1,3	2,4	1,7	1,5
Dívida externa	Biliões de US \$	84,5	100,5	110,6		
Rácio do serviço da dívida	% das exportações	11,2	8,9	9,1		

Fonte: WORLD BANK *The Chinese economy: (...)*, op. cit. e *Asian Economic Snapshot — August-September*, Lehman Brothers, Hong Kong, 1996<sup>34</sup>; e = estimativa; p = previsão.

Retomado o controlo sobre a situação macroeconómica, o crescimento voltou a atingir taxas muito elevadas: em 1991 e 1992 a taxa de crescimento do produto foi, respectivamente, de cerca de 8 e de 13 por cento. Em 1993 a taxa foi ainda (mas só muito ligeiramente) superior à do ano anterior: 13,5 por cento.

Na sequência desta evolução, o PIB terá crescido «apenas» cerca de 11,8 por cento em 1994 e 10,2 por cento em 1995 o que representa uma inflexão, no sentido da baixa, das taxas de crescimento da produção dos primeiros anos da presente década. Note-se, porém, que estas taxas estão 1,8 e 1,2 pontos percentuais acima do que tinha sido planeado pelas autoridades económicas nacionais na sua luta contra a inflação, definido como objectivo prioritário após alcançar taxas acima dos 20 por cento.

De facto, depois de, com as políticas contraccionistas adoptadas no final dos anos 80, ela ter baixado para 2-3 por cento em 1990 e 1991, a inflação voltou em 1993 e 1994 aos valores que tinham levado à introdução daqueles controlos, i.e., às taxas de cerca de 15 por cento (Dezembro de 1993) e de 20 por cento (Dezembro de 1994), com a taxa

<sup>34</sup> Note-se que as estimativas para o comportamento das diversas variáveis económicas efectuadas pelas várias empresas que, como a Lehman Brothers, se dedica a investir no mercado chinês não são necessariamente coincidentes, havendo mesmo, por vezes, diferenças significativas entre elas e que implicam, por vezes, uma mudança de sentido da variação das referidas variáveis.

média anual de 1994 a situar-se nos cerca de 24 por cento nas zonas urbanas, mais do dobro da meta que o governo se tinha fixado e que era de 11 por cento.

Papel importante no aumento da inflação que então se verificou parece terem tido os seguintes fenómenos<sup>35</sup>:

a) Por um lado, uma certa condescendência — facilitada pela situação política de alguma incerteza quanto à substituição de Deng — face aos sempre acrescidos défices das empresas públicas (cerca de 40 por cento destas gerava prejuízos em 1994) e que estão na base dos chamados «triangular-debt problems»<sup>36</sup>;

b) O aspecto referido no ponto anterior não impediu, porém, que se fizesse uma actualização de alguns preços de empresas públicas<sup>37</sup> e, principalmente, de produtos agrícolas fixados administrativamente;

c) Em terceiro lugar, uma (pelo menos aparente) cada vez maior dificuldade em as autoridades centrais imporem critérios de gestão macroeconómica contraccionista a autoridades provinciais e locais que se sentem cada vez mais impulsionadas a fazer crescer rapidamente as suas próprias regiões;

d) A continuação do processo de liberalização da economia e, com ele, de redução, ainda que lenta, dos controlos administrativos sobre os preços;

e) O próprio processo de crescimento económico e de aumento dos rendimentos reais, acompanhado de um aumento relativamente (mais) lento da produção agrícola<sup>38</sup>;

f) O facto de as taxas de juro reais activas serem, com este nível de inflação, nitidamente negativas, impulsionando o investimento in-

---

<sup>35</sup> Yasuo Sone, do NOMURA Institute de Hong Kong, refere que os factores inflacionários na China podem ser agrupados em três grupos: os cíclicos (de que um exemplo é o verdadeiro *stop and go* a que se vem assistindo no país relativamente à evolução da política económica — principalmente monetária — em relação ao investimento e ao consumo), os ligados à existência das reformas económicas (por exemplo, a subida de preços ligada à unificação das taxas de câmbios com grande desvalorização do renminbi) e os factores estruturais (crescente insuficiência da produção alimentar devida, por exemplo, à migração campo-cidade). Vd. SONE, Yasuo *Solving China's inflation problem and triangular-debt problems*, NOMURA China Economic Insights, 29 de Agosto de 1995.

<sup>36</sup> Vd. SONE, Yasuo op. cit. pg. 5 e segs. Aí o autor diz que «o termo 'dívida triangular' descreve o efeito das dificuldades financeiras e de gestão de certas empresas em certas indústrias; o efeito transmite-se a toda a economia em geral. A dívida triangular pode ocorrer quando problemas de financiamento impossibilitam uma empresa de pagar as suas dívidas ou quando os problemas obrigam uma empresa a repercutir as suas dívidas para os seus parceiros económicos: em certas circunstâncias pode ocorrer uma reacção em cadeia em que muitas empresas são apanhadas no mesmo tipo de situação.

<sup>37</sup> Vd. ADB *Asian Development Outlook*, pg. 83.

<sup>38</sup> Vd. idem e EIU (*The Economist Intelligence Unit*) *Country Monitor*, Fevereiro 1996.

terno e não desincentivando-o (pelo menos temporariamente) como parece ser necessário.

Em 1995 estima-se que ela tenha sido cerca de 15 por cento, resultante principalmente de uma inflação de quase 30 por cento nos produtos alimentares (resultante do aumento dos preços pagos aos produtores agrícolas no quadro da política de redução dos diferenciais campo-cidade e à escassez alimentar devida às cheias de 1994), já que a dos não-alimentares se situou pouco acima dos 5 por cento. As autoridades económicas continuam a definir o controlo da inflação como objectivo prioritário, estimando-se que o índice de preços cresça 12 por cento em 1996 e 10,8 por cento em 1997. Para tal contribuirá a política con-traccionista adoptada mas também uma maior moderação nos aumentos dos bens alimentares — cujos preços continuam a ser, muitos deles (principalmente os dos cereais), fixados administrativamente — e um aumento dos subsídios aos preços dos principais bens alimentares<sup>39</sup>.

O *soft landing* prosseguido desde a segunda metade de 1993 (ano em que a taxa de crescimento do PIB atingiu a verba impressionante — e, adivinhava-se já então, insustentável — de 13,8 por cento) está, pois, a dar resultado. Numa manifestação de (pelo menos aparente) sucesso da política económica prosseguida nesta fase, isto parece ter sido conseguido sem pôr significativamente em causa o crescimento económico pois que se prevê que as taxas da variação deste se situem nos cerca de 9-9,5 por cento.

Uma das consequências deste abrandamento do crescimento será a incapacidade para fazer baixar significativamente a taxa estimada de desemprego urbano — 2,9 por cento no final de 1995 mas que se prevê vir a alcançar os 7,4 por cento no ano 2000<sup>40</sup> — e de criar empregos para o cada vez maior número de camponeses que pretendem (e conseguem) emigrar para a cidade à procura de uma vida melhor: até ao final da década terão de ser criados anualmente cerca de 10 milhões (!) de novos postos de trabalho para satisfazer esta procura. A estes há que adicionar os necessários para absorver os trabalhadores que vão perder os seus empregos por efeito da modernização tecnológica e organizativa do tecido produtivo do país.

No entanto, a determinação das autoridades em controlar a inflação é grande. Zhu Ronji, o vice-primeiro ministro encarregue da economia e que tem sido o cérebro das medidas adoptadas declarou recentemente<sup>41</sup>:

---

<sup>39</sup> Vd. IMF Staff Country Report n.º 96/40 *People's Republic of China — recent economic development*, IMF, Wahsington-DC, May 1996, pgs. 9-10.

<sup>40</sup> Vd. *EIU Country Monitor*, Fevereiro de 1996.

<sup>41</sup> Vd. o *survey* do *Financial Times* dedicado à China e publicado em 20 de Novembro de 1995.

«(...) de 1996 até ao ano 2000, planeamos ter um crescimento económico anual de 8 por cento. [Ora], devemos manter a taxa de inflação abaixo da do crescimento económico. Na minha opinião, seria bom que a inflação ficasse abaixo dos 5 por cento — ainda alta pelos padrões do Ocidente mas não pelos de Hong Kong. Para um país em desenvolvimento como a China, é muito difícil reduzir a inflação para os 5 por cento num prazo reduzido. (...) Para o conseguir temos, primeiro que tudo, de controlar o déficite do orçamento do Estado... e esperamos acabar com ele no ano 2000.»

Outras políticas prosseguidas com o mesmo objectivo de limitar o crescimento dos preços foram o abrandamento do processo de liberalização destes e a manutenção de um controlo mais ou menos apertado sobre a oferta monetária através, nomeadamente, de uma política de crédito restritiva — em particular às empresas estatais para financiamento dos seus défices de exploração<sup>42</sup>. O pior é que sem uma opção clara pelo desmantelamento de muitas destas, sistematicamente deficitárias, a concessão de créditos para as manter em funcionamento é inevitável. O dilema das autoridades chinesas é que, por sua vez, o seu encerramento irá provocar uma subida significativa dos níveis de desemprego, o que até ao momento tem sido inaceitável<sup>43</sup>.

A evolução recente da produção da China esteve, como vem estando desde o início dos anos 80, ligada ao processo de crescimento do comércio externo do país. Este tem continuado a bom ritmo, sendo previsível que o saldo positivo da balança comercial tenha atingido em 1994 o valor de 5,3 biliões de US dólares e em 1995 o de 16,7 biliões. Esta significativa melhoria da situação foi possível graças a um aumento das exportações em quase 36 por cento relativamente ao ano anterior; as importações, por sua vez, subiram apenas 10,5 por cento.

Apesar da grande expansão das exportações, a liberalização (ainda que lenta e de forma bem menos profunda do que a das exportações) das importações, o aumento do consumo privado e o esforço de modernização dos equipamentos industriais tem contribuído para uma alteração desta situação: apesar de se esperar que o saldo comercial externo continue a ser positivo até, pelo menos, 1997, os seus valores tenderão

---

<sup>42</sup> O rácio dívidas/activo do conjunto das empresas estatais era, em média, de 82 e 89 por cento em 1993 e 1994 (vd. IMF *People's Republic of China — selected issues* (...), op. cit., pg. 31. O aperto das condições de concessão de crédito levou a um aumento das dívidas entre as empresas, o que ajudou a piorar a situação económica de muitas.

<sup>43</sup> Sobre as reformas que estão a ser introduzidas pelas autoridades chinesas estatais, vd., por exemplo, MYERS, Ramon H. «Chinese debate on economic reform: can China create a socialist market economy?» in *Asian-Pacific Economic Literature*, 1995, pgs. 55-68 e também IMF *People's Republic of China — selected issues*, IMF Staff Country Report n.º 96/41, Washington-DC, May 1996, pgs. 26-45.

a reduzir-se (US\$ 4,2 bilhões neste último ano). Esta redução do saldo comercial e o aumento das saídas de capitais para amortização de empréstimos, de pagamento de juros e de repatriamento de lucros contribuirão para uma gradual redução do excedente da balança de transações correntes, a qual verá o seu saldo passar de cerca de US \$ 9 bilhões em 1995 para cerca de US \$ 7,7 bilhões em 1996 e de US \$ 5 bilhões em 1997.

O investimento global tem estado também em alta, tendo conhecido taxas de crescimento (a preços constantes) de cerca de 12,2 por cento em 1992 e de 24,8 por cento (!) em 1993, a maior taxa desde que começaram as reformas no país<sup>44</sup>. Uma parte importante destes investimentos têm sido dirigidos para a construção de infraestruturas (estradas, auto-estradas, portos, barragens e centrais para produção de energia, etc.). Ora, este tipo de investimento, essencial para a modernização da economia, é, pelas suas características, tendencialmente inflacionista, contribuindo para a subida dos preços e para a dificuldade em controlar a subida destes.

Por isso se tem assistido ultimamente a um abrandamento do investimento, nomeadamente em infraestruturas.

Por outro lado, o investimento estrangeiro continuou a ser significativo, tendo atingido em 1993 cerca de 25 bilhões de dólares, mais do dobro do ano anterior. Em 1994 este valor atingiu os 33,8 bilhões de US \$ e nos primeiros nove meses de 1995 foi utilizada uma verba total de cerca de 25 bilhões de US \$. Segundo as autoridades chinesas estão neste momento autorizadas a operar no país cerca de 240 mil empresas estrangeiras mas só metade está, de facto, em operação.

Este investimento tem continuado a ser atraído pelas potencialidades do mercado interno chinês e a possibilidade de produzir para exportação.

Note-se que nos últimos tempos tem havido uma preocupação em incentivar não já os sectores mão-de-obra intensivos mas sim os que têm uma maior componente tecnológica como é o caso da microelectrónica, da aeronáutica e da biotecnologia. Isto reflecte-se, nomeadamente, nas opções das autoridades e empresas estatais chinesas quanto à constituição de *joint ventures* com empresas estrangeiras: destas, as preferidas são as que assegurarem à China a importação da tecnologia de que ela tanto necessita.

A evolução mais recente da situação não deixa, porém, de ter alguns sinais preocupantes na perspectiva dos potenciais investidores externos. É que, no quadro da reforma fiscal a que se vem procedendo e que incluiu nomeadamente a alteração da incidência dos impostos em 1994, parece estar a verificar-se uma tendência para a redução das facilidades fiscais até aqui concedidas aos investidores estrangeiros.

---

<sup>44</sup> Vd. WORLD BANK *The Chinese economy: (...)*, op. cit., quadro 4.

Se se pensar que há uma crescente preocupação em igualar, por um lado, as zonas do interior face às zonas costeiras (até aqui privilegiadas fiscalmente) e, por outro, as empresas nacionais face às empresas estrangeiras, podemos estar perante um movimento que implique a revisão no sentido da alta, dos custos de instalação na China. Por exemplo, a redução das isenções de direitos de importação sobre os bens de equipamento das empresas estrangeiras pode implicar, segundo o *United States-China Business Council*, um aumento de 28 por cento nos custos de negociar com a China<sup>45</sup>.

Note-se que esta evolução das condições de mercado na China são as responsáveis por uma certa mudança de atitude dos empresários estrangeiros face ao investimento no país. De facto, contrariamente ao que era a visão mais usual há alguns anos atrás, parece estar a esmorecer o seu interesse em se instalarem no país para, aproveitando os baixos salários, aí produzirem bens para exportação. As próprias autoridades chinesas, preocupadas com a necessidade de melhorar o nível tecnológico do país e com a concorrência (que começam a sentir) de países (Tailândia, Indonésia, Vietname) em que os custos salariais (e outros) são inferiores, tem vindo a desincentivar a instalação deste tipo de empresas, a maior parte delas mão-de-obra intensivas.

Assim, é cada vez mais nítida a tendência para os empresários estrangeiros se instalarem no país apenas para nele comerciarem (1,2 biliões de consumidores são um atractivo a que ninguém escapa e a crescente liberalização das importações ditada pela vontade de aderir à Organização Mundial do Comércio facilita-o) ou para nele instalarem unidades de produção destinadas essencialmente a abastecer o mercado nacional e não o mercado internacional.

Além disso, esta evolução e a crescente atitude de as autoridades locais das zonas não costeiras (e, por isso, não integradas em zonas com tratamento fiscal especial) de concederem, por sua iniciativa, vários incentivos aos investidores estrangeiros têm contribuído para que hoje em dia a vantagem de se instalar numa ZEE ou numa cidade costeira seja, para os investidores, quase dispicienda. Por isso a tendência deverá vir a ser para o desaparecimento do tratamento fiscal privilegiado dado àquelas zonas especiais e, com ele, o próprio estatuto de Zona Económica Especial ou de cidade costeira aberta.

No mesmo sentido jogam dois outros factos: por um lado, as crescentes pressões das autoridades locais das zonas não favorecidas fiscalmente para que o governo central termine com tal discriminação que tem estado a contribuir para o crescente agravamento das desigualdades regionais no país; e, por outro, a tendência à uniformização do tratamento fiscal entre empresas nacionais e estrangeiras num quadro de uniformização das condições de concorrência no mercado.

---

<sup>45</sup> Vd. «How and why to survive Chinese tax torture» in *The Economist*, 2 de Dezembro de 1995, p. 67.

Uma das consequências da evolução favorável das relações económicas externas do país foi o aumento significativo das reservas em divisas: 86,6 biliões de dólares em Junho de 1996, contra os 19,4 biliões existentes no final de 1993.

Estas disponibilidades e o facto de o rácio de serviço da dívida ser relativamente baixo — cerca de 10-11 por cento nos últimos anos, um valor muito inferior à média de muitos outros países em desenvolvimento — fazem com que o país goze de um grau relativamente elevado de confiança no exterior. Porém, alguns sinais recentes são, aos olhos de alguns observadores, preocupantes. Por exemplo, não há muito tempo um editorial do *Financial Times* afirmava que «... a China, a menina dos olhos dos investidores estrangeiros, começou a abalar a confiança do investidor [devido a] uma disputa com [a firma] Lehman Brothers, envolvendo importantes empresas estatais chinesas, sobre prejuízos de 100 milhões de dólares nas transacções de divisas; uma troca de razões com a London Metals Exchange sobre perdas de 30-40 milhões de dólares da CITIC (China International Trust and Investment Corporation); queixas acerca do não pagamento de 500-600 milhões de dólares devidos pelas empresas estatais chinesas a *joint ventures* de *leasing*; e relatos de armadores de Hong Kong sobre grandes atrasos nos pagamentos».

Causa apontada para esta situação é o facto de muitas das empresas estatais da China não terem sido atempadamente reformadas, o que poderá incluir o reconhecimento da falência de cerca de metade delas por trabalharem sistematicamente com prejuízos, uma prática do socialismo que não é admissível no capitalismo (mesmo que ele se chame de «socialismo de mercado»...).

Por outro lado, um tal volume de reservas permite ao país sustentar a sua taxa de câmbio a um nível que muitos autores consideram sobreavaliada mas que tem que ser vista no quadro do processo de integração de Hong Kong e da sua moeda... — na China em 1 de Julho de 1997.

A tentativa de controlar a actual inflação através de uma política de preços das empresas estatais — ainda a maioria — tem contribuído para o desequilíbrio financeiro de muitas delas e é um factor de risco suplementar para a sua sobrevivência. Também por isto o *Financial Times* conclui que «A China tem um enorme potencial económico. Mas o investimento aí é inevitavelmente arriscado. Para além das incertezas políticas, as instituições de uma economia de mercado ainda não funcionam. Os investidores fariam bem em lembrar-se que o país emergente que no final do século passado oferecia perspectivas mais brilhantes eram os Estados Unidos. Também aí a economia florescia. Mas muitos investidores estrangeiros ficaram sem a camisa».

O que não impediu, acrescentamos nós, que muitos outros tivessem sido (e continuem a ser) bem sucedidos e que o país, em geral, se tivesse transformado na principal potência económica da segunda metade do século XX.

Entretanto, em 19 de Novembro de 1995, a China anunciou, durante a reunião da APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation) realizada em Tóquio, que iria acelerar o seu processo de integração no mercado mundial através da adopção de uma política mais liberal de comércio externo traduzida pela redução muito significativa das barreiras alfandegárias (principalmente taxas) que tem vindo a impor. Algumas das medidas previstas são: redução «substancial» (cerca de 30 por cento) das taxas de mais de 4 000 posições da tabela de direitos aduaneiros; eliminação de quotas, licenças e outros controlos alfandegários em cerca de 170 posições (equivalente a uma redução de mais de 30 por cento do número de mercadorias actualmente sujeitas a tais restrições); e incorporação no sistema bancário das operações de compra e venda de moeda pelas empresas estrangeiras (actualmente sujeitas a regime especial). As reduções das taxas alfandegárias correspondem a uma baixa dos 35 para os 24 por cento da taxa média sobre as importações.

Estas alterações enquadram-se no esforço da China para se aproximar das regras em vigor no conjunto do comércio internacional ao abrigo do GATT e, concomitantemente, ser aceite na Organização Mundial do Comércio.

Parte importante neste esforço de modernização da economia chinesa e dos mecanismos do seu funcionamento é desempenhada pela reforma dos sistemas cambial e fiscal. O primeiro passou pela unificação, em 1 de Janeiro de 1994, das taxas de câmbio existentes e sua determinação, em primeiro lugar, pelos mecanismos de mercado (a taxa actual — Agosto de 1996 — é de cerca de 8,3 yuans/US \$, prevendo-se que se verifique progressivamente uma lenta desvalorização até aos cerca de 8,6 yuans/US \$ no final de 1997).

Por outro lado, a reforma fiscal introduzida em 1994 tem por objectivo simplificar o sistema fiscal chinês, nomeadamente no que concerne aos impostos sobre os rendimentos das empresas. Também por aqui o sistema económico chinês se parece cada vez mais com os outros sistemas. Ora, isto facilita o conhecimento das regras do seu funcionamento por parte dos (potenciais) investidores estrangeiros e aumenta a atracção pelo mercado do país mas obriga a que a viabilidade da instalação esteja cada vez mais dependente dos critérios normais de avaliação dos investimentos e não das concessões (nomeadamente fiscais) que os empresários consigam obter. O que, a longo prazo, é vantajoso mesmo que no curto prazo possa parecer que não o é. Para os empresários é sempre preferível um quadro económico e legal (jurídico e fiscal, nomeadamente) claro do que um em que reina a discricionariedade do decisor.

Em resumo, todas estas alterações e o aumento dos custos de produção (derivados, nomeadamente, do aumento dos encargos com os trabalhadores e com as rendas dos terrenos) contribuem para um crescente repensar das estratégias dos investidores estrangeiros em relação ao país: valerá a pena investir nele para produzir para o exterior? É entre produzir internamente para abastecer o mercado interno ou importar os

produtos, qual será a melhor solução? Se há alguns anos a resposta era mais ou menos óbvia (a favor da produção para exportação), hoje muitos parecem inclinar-se para uma das duas outras soluções, designadamente a primeira delas. Mas face à liberalização do comércio externo do país e o rápido crescimento do consumo interno — no período Janeiro-Novembro de 1995 ele aumentou à taxa anual de 11,6 por cento enquanto que em 1994 tinha aumentado 7,4 por cento —, a opção de exportar para a China sem nela instalar a produção começa a ser cada vez mais viável. Basta passear pelas principais avenidas das grandes cidades — Xangai, por exemplo —, para verificar que os investidores estrangeiros estão, nomeadamente através da instalação de centros comerciais moderníssimos, a apostar cada vez mais neste mercado apenas enquanto isso mesmo: um mercado de venda de produtos importados. E esta é uma evolução que pode trazer vantagens para as médias empresas, enquanto que a estratégia de produção no país é especialmente propícia às de maior dimensão.

### Conclusão

De quanto fica dito parece que o «socialismo de mercado» da China tem neste momento mais de «mercado» do que de «socialismo» — pelo menos na esfera económica, que não na esfera política. Note-se, porém, que esta é uma conclusão que, talvez não incorrecta, não deixa de ser algo superficial.

De facto, se ao nível dos mecanismos de comercialização é evidente a crescente liberalização e preocupação de conformidade com as regras do mercado (capitalista), ao nível da organização da produção e da organização política os elementos de uma economia de direcção central — evitamos a designação de economia socialista porque não nos interessa aqui a polémica sobre os contornos desta e sobre se a China foi/é ou não socialista — continuam a estar muito presentes. Deixando para os mais interessados nessa dimensão as considerações sobre a dimensão política, retenhamos apenas que, sob o ponto de vista da organização da produção ao nível das empresas continua (por quanto tempo?) a ser muito forte a visão de que elas são verdadeiras unidades sociais: sendo-lhes afectados determinados recursos humanos — normalmente mais que os usualmente necessários dada a preocupação de arranjar empregos para todos —, cabe à empresa suportar uma parte significativa dos custos de vida dessa mão-de-obra. Por isso, para além do salário directo, as empresas têm de suportar um conjunto de encargos (incluindo variadíssimas remunerações acessórias) que, no seu conjunto, quase duplicam o valor daqueles salários.

Ora, muitos investidores estrangeiros terão avaliado mal esta lógica empresarial e, por isso, os seus custos de produção são, por vezes, superiores ao que tinham estimado na fase dos estudos de viabilidade do investimento. A própria produtividade não é, muitas vezes, a esperada.

A acrescer a isto refira-se a evolução da legislação chinesa, desig-

nadamente quanto a facilidades fiscais concedidas aos empreendimentos com participação de capital externo. Como vimos, a tendência vai no sentido de gradualmente colocar estas empresas em pé de igualdade com as nacionais a bem da clarificação das regras de funcionamento do mercado e também como forma de seleccionar os investimentos estrangeiros. De facto, de ora em diante só aqueles cuja rentabilidade não está dependente de facilidades de vária natureza (nomeadamente por serem tecnologicamente superiores) é que interessam às autoridades chinesas; só esses, portanto, serão desejados e sê-lo-ão cada vez mais na medida em que contribuirão para a transferência de tecnologia para o país.

Enfim, como se salientou já, parece evidente que cada vez mais a China tenderá a ser entendida pelos empresários estrangeiros mais como um mercado de absorção das suas produções — como esquecer que o país tem cerca de 1,2 biliões de habitantes!... — e menos como um local para produzir para exportar para outros países. O que não quer dizer, claro, que tal não seja possível.

